

Licenciatura Intercultural Indígena

**Histórias da Reserva da Jaqueira:
Experiências de autogestão em etnoturismo**

**NITYNAWÃ PATAXÓ
Maria das Neves da Conceição Alves dos Santos**

Porto Seguro/BA

2018

NITYNAWÃ

Maria das Neves da Conceição Alves dos Santos

**Histórias da Reserva da Jaqueira:
Experiências de autogestão em etnoturismo**

**Monografia apresentada como
requisito parcial para aprovação na
Licenciatura Intercultural Indígena,
Habilitação em Ciências Humanas, do
Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia da Bahia - IFBA**

**Orientador: Prof. Me. João Veridiano
Franco Neto**

Porto Seguro/BA

2018

Dedicatória

Em respeito à vida e história dos nossos ancestrais e a sabedoria dos nossos anciãos, eu dedico esta monografia ao Povo Pataxó representado em todos nós que dedicamos nossas vidas ao cuidado amoroso para com a Reserva Pataxó da Jaqueira. Orgulhamos do que somos. Nascermos, vivemos e morreremos Pataxó.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Niamisu (Deus), pela inspiração Divina que me permite expressar com elevada emoção o que significa viver na Reserva Pataxó da Jaqueira. Em seguida agradeço toda minha família, em especial meu pai (em memória) e minha mãe, dos quais herdei minha etnicidade Pataxó. Carinhosamente, agradeço às minhas filhas, meu filho e meu marido, que amorosamente vivenciaram todos os momentos de produção deste trabalho. A minha Comunidade Indígena da Aldeia Pataxó Reserva da Jaqueira, que é a materialização do que aqui se encontra escrito, minha eterna gratidão. Com estes e apoio de muitos Anjos, colaboradores, amigos, amigas, parceiras e parceiros, esse trabalho se tornou possível.

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram, com material de pesquisas, conversações e pelas mais diversas formas de colaboração. As pessoas que auxiliou na organização dos materiais de pesquisas e estudos para a conclusão desta monografia. Muitos são os nomes, por isso me reservo em não lhes citar, mas ser sempre grata a todos eles.

Agradeço também aos turistas que tem nos visitado demonstrando a satisfação de estar conosco participando e praticando a interculturalidade, na sua mais expressiva compreensão do olhar de estrangeiro.

Gratidão a todas e todos!

Lista de Abreviações e Siglas

ANAI/BA – Associação Nacional de Ação Indigenista – Bahia

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SUMÁRIO

Introdução.....	
CAPÍTULO I.....	
1.1 Memorial de vida escolar.....	
1.2 Histórias da Reserva da Jaqueira.....	
1.3 A Conquista da Reserva da Jaqueira.....	
1.4 Lugar Sagrado.....	
1.5 O dia a dia na Jaqueira.....	
1.6 A Matriarca índia Takuara.....	
1.7 Meus irmãos e minhas irmãs	
CAPÍTULO II	
2.1. As realizações/conquistas	
2.2 A escola indígena da Jaqueira.....	
2.3 O Aragwaksã.....	
2.4 O Batismo com o barro.....	
2.5 O autorrespeito e o respeito adquirido enquanto povo Pataxó	
2.6As mulheres enquanto lideranças.....	
2.7 Atendimento médico.....	
2.8 O poço artesiano.....	
2.9 Confeções de adereços indígenas.....	
CAPÍTULO III	
3.1 Plano de Gestão.....	
3.2 Ecoturismo, etnoturismo, etnodesenvolvimento na Reserva da Jaqueira	
3.3 Instrução Normativa 3/2015/ na íntegra e meus comentários	
Conclusão.....	
Referências.....	
ANEXO	

RESUMO

A partir da minha experiência no trabalho desenvolvido na Aldeia Indígena Pataxó da Jaqueira, apresento na monografia temas onde descrevo e relato momentos de lutas e conquistas de minha família pela afirmação da nossa identidade étnica, cultural, ambiental e territorial. Histórias vivenciadas e contadas pelos nossos anciões, manutenções da cultura, língua, costumes e tradições do povo pataxó. Experiência de auto-gestão do Etnoturismo como alternativa de sustentabilidade com objetivo de fortalecer os trabalhos desenvolvidos pela comunidade da Aldeia da Jaqueira.

Palavras chave: História da Reserva da Jaqueira, Etnoturismo, Preservação Ambiental

INTRODUÇÃO

Início este trabalho monográfico pedindo licença para escrever na primeira pessoa, visto que pertenço ao Povo Pataxó e estou falando de experiências no coletivo de minha Comunidade Indígena, da qual sou parte numa totalidade de um povo.

Este trabalho não é o primeiro registro da história da Reserva Pataxó da Jaqueira. Sobre a Reserva da Jaqueira posso dizer que relatamos um pouco dessa história no livro *As guerreiras na História Pataxó*¹. No livro *Vivência e Raízes* (2007) temos também um capítulo falando sobre a Reserva da Jaqueira, o seu funcionamento e seus objetivos. Existem outras publicações e vídeos que relatam a luta pela demarcação desta Terra Sagrada, onde diariamente celebramos e manifestamos nossos conhecimentos imaterial e material, com a presença ou não de turistas.

Ao se tratar de trabalho científico, esta é a primeira monografia feita por uma indígena Pataxó, eu, Nitynawã, onde relato minhas vivências junto a minha comunidade, formando assim uma História da Reserva da Jaqueira, na visão de quem vive aqui seu dia a dia. É o que eu pretendo apresentar neste trabalho: “uma ciência pessoal” fruto de minha própria observação, vivência e longa experiência, com a visão étnica e estudos de alguns conceitos das Ciências Sociais que aprendi no Curso Licenciatura Intercultural Indígena no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), retratando assim uma História Real.

Neste sentido, no presente estudo usei minhas anotações guardadas para o momento oportuno, além de observações mais recentes na própria Reserva da Jaqueira, entrevistas com turistas durante as visitas neste local, como também pesquisa bibliográfica e documental.

Utilizei textos de autores que abordam o tema turismo em terras indígenas, sob as diversas linhas de pensamento, incluindo o turismo como agente de sustentabilidade ambiental num contexto étnico. Assim, foi possível compreender que a partir do turismo, adquirimos melhor visibilidade, e, conseqüentemente, mostrando nossa realidade aos demais brasileiros, passamos a nos configurar num contexto amplo e diversificado que abrange a temática do turismo em terras indígenas.

Relembro-me de quando fomos para a Mata da Jaqueira em 1998. O nosso objetivo era vivenciar e praticar a cultura Pataxó e preservar a Mata Atlântica e a reserva natural que ali existia e ainda existe. Ao chegarmos neste lugar no dia 22 de julho do mesmo ano, no final de tarde, com alguns mais velhos e parentes convidados como Kariri-Xokó e com eles o pajé Tide, fizemos uma fogueira debaixo de uns pés de árvores, cantamos e dançamos. Os mais velhos fumavam timbero (cachimbo) sob uma noite estrelada, pisando firme na terra ao som do maracá para nos fortalecermos.

¹ Pataxó, Nitynawã. 2011. *Yêp Xohã ui awākã Pataxó. As Guerreiras na História Pataxó*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI.

Foi nesse momento que olhamos umas para as outras, com fé e um singelo sorriso. Eu, Jandaya e Nayara (minhas irmãs) decidimos que nesse lugar íamos ficar e mostrar que nós Pataxó estamos vivos, com a nossa cultura, costumes e tradições.

No Capítulo I abordo meu Memorial de Vida Escolar, Histórias da Reserva da Jaqueira, A Conquista da Reserva da Jaqueira, o Lugar Sagrado, O dia a dia na Jaqueira, A Matriarca Índia Takuara, Meus irmãos e minhas irmãs. Capítulo II As realizações/conquistas, A escola indígena da jaqueira, O Aragwaksã, O Batismo com o barro, O auto Respeito e o Respeito adquirido enquanto Povo Pataxó, As mulheres enquanto lideranças, Atendimento médico, O poço artesiano, Confeccões de adereços indígenas, No capítulo III abordo o Plano de Gestão, Ecoturismo, Etnoturismo, Etnodesenvolvimento na Reserva da Jaqueira, Instrução Normativa 3/2015/ na integra e meus comentários.

MEMORIAL DE VIDA ESCOLAR

Eu me chamo Maria das Neves da Conceição dos Santos, nome indígena Nitynawã Pataxó, tenho 48 anos, moro na Reserva da Jaqueira, sou casada com Sandro que não é indígena. Tenho quatro filhas e um filho, sendo: Carina, Carol, Nawy, Sonay e Kawry. Sou Liderança na Aldeia Indígena Pataxó da Jaqueira e Vice-Presidente do Instituto Pataxó de Etnoturismo e atuo como palestrante sobre a cultura indígena e meio ambiente, ao recebermos os turistas e também nos espaços em que somos convidados.

Nasci em 10/05/1969 às margens do rio do Frade, na aldeia Imbiriba, localizada no município de Porto Seguro/BA, filha de dona Ana Maria da Conceição Alves dos Santos, nome indígena Takwara e pai Catarino José da Luz, nome indígena Tibiriçá.

Como era de costume do povo Pataxó, meus pais não viviam só em uma determinada aldeia. Éramos nômades. Como meu pai trabalhava com roça na aldeia que a gente chegava para morar, fazia a roça, o kijeme (casa construída com palha, pau a pique e barro) e ali ficávamos por um tempo. Para nossa sobrevivência caçávamos, pescávamos, mariscávamos e cultivávamos agricultura como: mandioca, feijão, abóbora, milho e batata. Nessa época tinha muita fartura de alimentos naturais.

Moramos na Aldeia Imbiriba por cinco anos e depois mudamos para a Aldeia Barra Velha, onde vivemos por mais ou menos cinco anos e depois mudamos para Oiticica. Lá era tudo mata na margem do Rio Corumbau, os moradores eram todos da família da minha mãe. As casas eram choças, feitas de estacas e coberta com palha de oricana (espécie de palmeira). A cama era de tarimba feita com madeira, ripa de patí, juçara e forrava com a esteira e nos cobríamos com a outra. Quando fazia muito frio meus pais faziam uma pequena fogueira com as brasas e colocavam debaixo da nossa tarimba para nos aquecer.

À noite, os moradores se reuniam em volta de uma fogueira para contar histórias, uma delas era sobre o massacre de 1951, pois algumas dessas pessoas foram vítimas de violência e passavam essa história para nós como forma de desabafo e para que ficássemos sabendo e não deixássemos de lutar pelos nossos direitos e do nosso povo.

Nesta época, a alimentação era a base de caça, pesca e marisco. Tinha também a roça com plantação de milho, mandioca, cana, batata, abóbora e cabaça. Neste tempo a minha mãe adoçava o chá com mel de abelha e o café era de milho de fedegoso, as vasilhas eram de cuia, cabaça, coco de sapucaia; e o sabão era da raiz do pacari.

A cura na aldeia era através de raízes, ervas, rezas, defumador feito pelos mais velhos. Nossa vida era tranquila e ainda não existia escola.



Depois mudamos para Barra Velha para um lugar chamado Ozea. Quando chegamos neste lugar começamos tudo de novo: casa, plantação, etc., até as plantações chegarem a um ponto de colheita passávamos muitas privações, de chegar dias de não ter o que comer, outras vezes fazíamos uma refeição por dia.

Por volta de 1980, eu e minha irmã Jandaia fomos pela primeira vez a uma escola em Barra Velha, era muito distante, minha mãe contava a hora pelo sol quando a sombra estava em cima dos nossos pés era meio dia e a gente tomava banho e meu pai nos levava a escola.

Quando cheguei à escola fiquei com muita vergonha, pois eu era grande na turma dos pequenos. A professora Fátima, sempre dedicada, segurava à minha mão, para que eu firmasse o lápis no caderno e isso aconteceu durante alguns dias e logo depois já conseguia cobrir as letras. Meus colegas estavam sempre adiantados com as tarefas e isso me incomodava e dentro de mim sempre tive uma vontade de aprender e me esforçava muito para isso acontecer.

Outra coisa era na hora do recreio que eu não podia brincar para não sujar a roupa, pois não tinha outra roupa para usar no outro dia, sempre que sobrava merenda levava para casa, pois não tinha nada para comer e, muitas vezes, minha mãe usava o saquinho de leite para levar nosso lápis, borracha e caderno, colocava uma cordinha para colocarmos nas costas, a sandália só podíamos calçar quando chegávamos na escola para não gastar. Como era difícil a nossa sobrevivência e por estar fundando outra aldeia chamada Boca da Mata, então, em 1983 fomos morar nesta aldeia.

Ao chegar a Boca da Mata, começamos tudo de novo, construção de kijeme (casa), roças, a caçar, a pescar no rio e meu pai e irmãos iam cortar estacas e eu e minhas irmãs íamos carregar as estacas na cabeça e levávamos até a canoa. Depois a produção era levada para o povoado chamado São Geraldo, para trocar por alimentos e produtos como carne, sabão, arroz, café e açúcar.

Na aldeia funcionava uma escola da 1ª a 3ª séries, mas ficamos algum tempo sem estudar para ajudar nossos pais na roça. Voltamos a estudar no mês de julho do mesmo ano (1983), o estudo era

em sala, os professores eram não indígenas, mas que tinham paciência, nos explicavam com calma os conteúdos.

Nessa época brincávamos muito na escola, teve uma gincana para concorrer a um tênis e aquele que vendesse mais bilhetes ganhava, então me esforcei e ganhei o tênis, esse foi o meu primeiro sapato e para mim foi uma grande felicidade, pois até o momento meus pais não tinham condição de comprar. A nossa vida era tranquila, comunitária e tradicional, íamos uns nas casas dos outros à noite contar histórias.

Então em 1985, a minha família sofreu uma perda muito grande, meu pai foi assassinado por um homem branco, deixando minha mãe comigo e mais cinco irmãos, ela sem saber o que fazer para nos criar, sofrendo com a perda do meu pai foi convidada pelo seu sobrinho Moacir para morar em Coroa Vermelha.

Deixamos quase tudo para trás, ficaram dois irmãos mais velhos para cuidar das outras coisas. Ao chegar à aldeia Coroa Vermelha enfrentamos um grande desafio, pois a forma de vida era totalmente diferente, pois o meio de sobrevivência era através do artesanato e turismo e ficamos na casa da nossa tia por um longo tempo quando Moacir fez um rancho no terreno dele para nós.

Ajudávamos minha mãe a fazer e vender artesanato no antigo cruzeiro, mas o meu maior sonho era voltar a estudar, um dia uma mulher visitou a nossa casa e pediu a minha mãe para que eu fosse morar e estudar com ela em Porto Seguro, esse foi um dos maiores desafios da minha vida, pois nunca tinham entrado em uma casa de um não índio, achei tudo muito estranho e diferente, pois sempre morei em aldeias sem contato com outra cultura e junto com minha família.

Em 1986 iniciei novamente meus estudos em Porto Seguro na Escola Cristina Batista, na 4ª série, estudava à noite e era o estudo convencional na sala de aula, sofri muito com o preconceito tanto por parte de alguns alunos como por parte dos professores, eu não tinha conhecimento dos meus direitos então me calava para que pudesse dar continuidade nos estudos.

Durante o dia eu tomava conta dos filhos da professora, mas ela não me pagava, só me dava algumas roupas usadas para eu ir para a escola, mas eu tinha necessidade de comprar minhas coisas e ajudar minha família então foi quando consegui um trabalho no restaurante e sai da casa da professora e fui morar na casa de uns índios que moravam na cidade.

Em 1987 me casei com o pai das minhas duas primeiras filhas, Carina e Carolina, e tive que parar de estudar na 5ª série, pois tinha que trabalhar e cuidar das minhas filhas e mandar dinheiro para ajudar minha mãe.

Nesse decorrer do tempo sempre vinha na aldeia Coroa Vermelha visitar minha mãe e meus irmãos, então minha mãe me deu um pedaço de terreno e comecei a construir aos poucos, quando meu marido foi embora e fiquei com minhas filhas e sem casa para morar e permaneci algum tempo

morando com a família dele em Porto Seguro, foi nesse tempo que houve a retomada da Reserva da Jaqueira.

Em 1997 aconteceu a retomada da Jaqueira liderada pelo meu irmão, cacique Karajá, de Coroa Vermelha, e outras lideranças e a comunidade com apoio de outras aldeias, Mata Medonha, Boca da Mata, Caramuru e Barra Velha.

Foi quando Jandaya me convidou para voltar para a aldeia Coroa Vermelha, pois segundo ela sentia muito a minha falta devido eu estar longe da família, quando ela falou da área da Jaqueira que tinha sido retomada e que o objetivo era de preservação ambiental. Devido eu ter adquirido conhecimento e experiência na cidade, o meu desejo era de voltar para minha aldeia junto da minha família.

Então eu larguei tudo para trás que tinha conquistado na cidade e vim com minhas filhas para casa da minha mãe e com isso nos reunimos, eu, minhas irmãs Jandaya e Nayara para conversarmos de que forma poderíamos fazer para desenvolver um trabalho nessa área. Jandaya e Nayara organizavam o evento do dia 19 de abril (Dia do Índio) junto com as lideranças e comunidade em Coroa Vermelha.

Em 1998, Nayara foi convidada para participar de um encontro em Rio Claro, no estado de São Paulo, e ao voltar vieram com ela seis indígenas Kariri-Xokó e nós os convidamos para que visitassem área da Jaqueira, quando realizamos o ritual indígena Awé², com isso sentimos a necessidade de vivenciar e praticar a nossa cultura. Então saímos de casa em casa para convidar as famílias para desenvolver esse trabalho.

Em 1º de agosto de 1998 saímos de Coroa Vermelha com jovens, adultos e crianças para caminhar na mata. Ao retornar nos reunimos debaixo de uma árvore e observamos que todos tinham o mesmo objetivo, que era vivenciar o modo de vida dos nossos antepassados e proteger a mata atlântica. Assim começou a nossa luta com o projeto da reserva da Jaqueira, também como um meio de sobrevivência para as famílias que estavam neste lugar. Foi então que tivemos a ideia de trabalhar com turismo.

Em 1997 teve início o primeiro curso de magistério indígena na Bahia, que contou com a participação de indígenas de várias regiões, sendo que as aulas eram ministradas duas vezes por ano, em sistema modular, quem administrava era a Funai em parceria com a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)³ e seu objetivo era formar professores indígenas que também pesquisassem as culturas indígenas.

Em 1999, eu ingressei no 3º módulo do Magistério Indígena, devido ao trabalho que eu vinha desenvolvendo na Reserva da Jaqueira e por eu ter vontade de estudar para melhorar e ajudar minha

² O Awé é a dança tradicional do povo Pataxó.

³ ONG sem fins lucrativos com sede em Salvador/BA.

comunidade. No decorrer desse tempo, recebemos na Reserva da Jaqueira a visita de vários órgãos e dentre esse o pessoal da TV Futura e relatamos que tínhamos vontade de concluir o nosso estudo.

Em 2000, entrei no Telecurso 2000 na Escola Indígena de Coroa Vermelha, o curso era presencial e no período noturno, as aulas eram através da televisão e com um orientador, os trabalhos eram em grupo e todos os estudantes eram indígenas e os orientadores também.

Devido ao desenvolvimento das atividades culturais na Reserva da Jaqueira e sermos alunos do Telecurso, realizamos a primeira edição dos Jogos Indígenas na escola, com a participação da turma, professores e comunidade. Em 2002, concluí o telecurso e finalizei o ensino fundamental II.

Em 2003, fui estudar no Colégio Estadual Frei Henrique em Coroa Vermelha, na parte não indígena. Os estudos eram convencionais da escola não indígena, mas eram realizadas atividades fora de sala, como, por exemplo, teatro. Estudava à noite e durante o dia trabalhava na Reserva da Jaqueira. No decorrer desse tempo, tive Nawy, minha terceira filha e ficou muito difícil para continuar os estudos, quase desisti, mas com o apoio do meu esposo continuei e concluí o ensino médio em 2006.

Em 2007, nasceu Sonay, minha quarta filha e no decorrer desse tempo fiz vários cursos como Etnoturismo, Fiscalização Florestal, Prevenção e Combate a Incêndio, Agente Ambiental Voluntário, Qualidade no Atendimento, Manejo da Piaçava, Cerâmica Rakú Pataxó, Encontro de Patxohã e vários seminários em escolas indígenas e não indígenas em Universidades e atuei como monitora indígena ministrando cursos para indígenas.

Em 2008, nasceu meu quinto filho, Kawrri, e sou muito feliz por estar criando os meus filhos menores em contato diário com nossa cultura e que, apesar de eu ter enfrentado muitas dificuldades para estudar por não ter escola em nossa aldeia, hoje eu me sinto realizada por ter lutado para que tivesse uma escola em nossa comunidade para nossos filhos estudarem e terem um futuro melhor e com uma educação diferenciada e de qualidade.

Recebemos um grupo de estudantes do Instituto Federal da Bahia (IFBA) que veio com a professora Carla Camuso, então os estudantes foram caminhar na trilha e a professora ficou na aldeia, nós conversamos e ela falou do Projeto da Licenciatura Intercultural Indígena para Porto Seguro e nesse momento eu falei com ela que eu queria ser uma das primeiras alunas, ela falou da importância para as lideranças e que todos participassem e continuamos a conversar por algumas horas.

Em 2010, tivemos a notícia que estavam fazendo as inscrições para a Licenciatura Intercultural Indígena, então me inscrevi e quando saiu o resultado fiquei muito feliz e não conseguia acreditar que estava realizando mais um sonho.

No início encontrei dificuldades, pois como não atuava em sala de aula e só ficava na Reserva da Jaqueira convivendo com os familiares e com a comunidade e dava palestras para os visitantes, eu via a Reserva diferente e agora tenho outro olhar através da faculdade, pois isso me fez realizar

pesquisas com os nossos parentes e conhecer melhor a nossa própria história e a partir dela adquirir um conhecimento pedagógico para poder ajudar a nossa escola e comunidade.

A metodologia utilizada pelos professores da Licenciatura Intercultural Indígena nos facilita compreender melhor os conteúdos abordados, a forma de estudo em sala e no Tempo Comunidade nos ajuda a aprofundar os conhecimentos tradicionais do nosso povo, fortalecendo a nossa cultura e valorizando os nossos costumes, respeitando a memória dos nossos anciões e rituais sagrados.

E assim concluo o meu Memorial de Vida Escolar, dizendo que desejo que as próximas turmas adquiram experiência no ensino superior indígena e continuem valorizando nossos conhecimentos tradicionais e que busquem dar retorno para as suas aldeias como lideranças e educadores comprometidos com o nosso povo.

HISTÓRIAS DA RESERVA PATAXÓ DA JAQUEIRA

“A pintura corporal é uma marca da nossa etnia, ela simboliza um tipo de proteção.”

“Se eu não me pinto, não passo o dia muito bem.”

Nitynawã

A Conquista da Terra da Reserva Pataxó da Jaqueira

Há tempos que lutamos e continuamos a lutar pela demarcação de nossas terras. Para falar das conquistas da Reserva da Jaqueira, penso primeiro na memória de nosso povo Pataxó. Já em tempos mais recentes, nesse processo de conquistar e garantir a posse da terra, no dia 01 de agosto de 1997, o cacique Karajá, lideranças e muitos membros da comunidade entraram, de forma pacífica, na área que chamamos desde o início de Reserva da Jaqueira. Ficamos acampados no local que deu origem ao nome Reserva da Jaqueira, isto porque neste lugar tem uma Jaqueira tombada que no seu tronco brotaram outras Jaqueirinhas que cresceram e frutificaram. Por isso fizemos uma comparação com as nossas vidas interligadas aos nossos ancestrais e então surgiu aí a Reserva da Jaqueira.

Em outubro de 1997, conseguimos a posse definitiva desta área com 827 hectares de Mata Atlântica, primária e secundária, limitada por dois rios, rios Tinga e Jardim, que corresponde a Gleba B, conforme documento de registro da demarcação da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha.

A nossa Terra Indígena Coroa Vermelha, principalmente em toda sua extensão urbana, sempre foi uma área de visitação turística, graças ao contexto histórico, do qual somos os primeiros habitantes encontrados no local da celebração da 1ª Missa, estando erguida no lugar, uma cruz simbólica e placa comemorativa como marco da história do Brasil, em meio a um imenso potencial paisagístico e cultural de muita beleza natural com praias lindas e calmas, contando também com a facilidade de acesso, através da BR-367 e BR-101. Sendo então uma Terra Indígena interligada por acesso de rodovias asfaltadas.

Mesmo assim, com tamanha facilidade de acesso, passávamos por períodos de grande carência financeira e o preconceito era visivelmente latente. Na maioria das famílias indígenas, o artesanato era a principal fonte de recursos. Naquele tempo, antes do ano 2000, só tinha fluxo turístico no verão e um pouco no período de férias do mês de julho.

Sentíamos necessidade de voltarmos a interagir plenamente com a natureza como princípio para harmonia espiritual, que expressamos em nossos rituais e vivência comunitária. Eu e minhas irmãs, Nayara e Jandaya, pensamos em praticarmos nossa cultura na Reserva da Jaqueira, por acreditarmos que este lugar é sagrado. Fomos amadurecendo a ideia e agregando apoiadores. No ano seguinte, em 01 de agosto de 1998, iniciamos os trabalhos da Reserva da Jaqueira, com um grupo de jovens, adultos e crianças. Com muitas dificuldades, vencendo os obstáculos, fomos construindo os kijemes e o espaço cultural para práticas da nossa cultura.

Ainda neste ano, havia três famílias morando na Reserva da Jaqueira, sendo a de Benedito Xahou, Itaynhatã e Prejuízo, para tomar conta da Reserva da Jaqueira. Como o fluxo de visitantes nessa época era pequeno e as atividades que estávamos começando a desenvolver não davam retorno financeiro suficiente para sustentar estas três famílias e as demais diretamente envolvidas com a conservação e preservação da Reserva da Jaqueira, essas famílias retornaram para a aldeia Coroa Vermelha em busca de outros modos de subsistência.

Esta mudança ocorreu após uma reunião em que decidimos que não poderíamos mais caçar nem retirar madeira e matéria-prima dessa área por ser também nosso firme propósito a preservação e conservação da Mata Atlântica para a prática de nossos conhecimentos ancestrais e posteriormente receber a visita de turistas que procuram praticar o ecoturismo e interessados em conhecer nossa história. Então por um bom tempo não havia moradores na Reserva.

Assim surgiu a Reserva da Jaqueira, como fruto da iniciativa de três irmãs: Nayara, Jandaya e eu, Nitynawã. Com a participação de um grupo formado por jovens e apoio e participação de alguns anciãos, que juntos sentíamos necessidade de nos organizarmos e resgatar nossos saberes, através da convivência harmônica com a natureza e em comunidade.

Dessa forma, através da convivência e troca de experiências, fomos ampliando nossos saberes e expandindo nossas percepções para enxergarmos novos horizontes sem nos desligarmos da nossa interação com nossos conhecimentos tradicionais.

Nossas necessidades foram crescendo, assim a comunidade decidiu transformar a Reserva da Jaqueira em aldeia, para que tivesse um cacique que pudesse buscar melhorias para a comunidade. Então nos reunimos e decidimos que o local passaria a ser aldeia, sem perder o título de Reserva. Temos consciência de que sem a preservação da floresta não resistiremos por muito tempo. Antes de solicitar uma reunião com a Funai de Porto Seguro aqui na aldeia da Reserva da Jaqueira para lhes comunicar nossa decisão de transformar a Reserva em aldeia, conscientes de que teríamos mais trabalho para manter a mata preservada, nos reunimos internamente por muitas vezes, até que chegou o momento de decisão e assim fizemos um documento comunicando que a partir daquele momento a Reserva da Jaqueira passaria a ser uma aldeia, mas sempre preservando a mata, para os habitantes que são a fauna e a flora e também nossos netos e futuras gerações.

Aragwá Mirawê/Lugar Sagrado

A Reserva da Jaqueira é um lugar sagrado para o povo Pataxó. Todos que aqui chegam sentem a força espiritual, porque este lugar está associado às nossas crenças, valores que herdamos de nossa ancestralidade, nosso patrimônio material e imaterial, dentro do nosso contexto histórico e cultural. Neste lugar sagrado, temos vivenciado grandes aprendizados. Experiências de nossas ancestralidades,

principalmente ao lado dos anciãos nessa floresta e os jovens e as crianças aprendendo brincando, participando das atividades do dia a dia, com liberdade e alegria.

É o lugar onde podemos vivenciar e transmitir a nossa cultura e reverenciar a natureza, em completa conexão do Sagrado (divino) com o Ser Indígena, nos fortificando cada vez mais em nossos rituais sagrados.

Buscamos respeitar e vivenciar os valores que os nossos mais velhos nos deixam; como nossas danças, pinturas, histórias, os rituais, comidas e bebidas tradicionais e conhecimentos da medicina tradicional do nosso povo Pataxó, nos religar a Niamisu, nos dando forças para viver como comunidade indígena.

Acreditamos na força da Natureza. Sentimos a necessidade de voltarmos a interagir plenamente com a natureza, como princípio para a harmonia espiritual, mental, física e étnica. É da natureza que queremos continuar a nos alimentarmos, através dos seus elementos sagrados: ar, água, terra e fogo, primordiais para a vida. Buscamos fazer nossos remédios naturais, preservar nossos conhecimentos medicinais, num contexto de uso sustentável destes elementos da natureza, com sentimento de gratidão a Niamisu e nossos semelhantes.

A Reserva da Jaqueira hoje está consagrada como lugar que nos oferece refúgio, esperança e paz, em meio a tantas barbaridades, como a crescente violação de nossos direitos. A nossa fé e a nossa reverência pelo sacrifício pessoal de nossos ancestrais, transformam esta mata num espaço sagrado.

Temos a certeza de que a Reserva da Jaqueira é um lugar sagrado, ainda mais quando olhamos as condições atuais do planeta: destruição da natureza, enfermidades desoladoras, perseguição e guerras são mais que comuns e têm-se infundido nas nossas proximidades. Diante de problemas tão desconcertantes, nos mantemos reunidos e permanecemos convictos de que vamos continuar protegendo e sendo protegidos por Niamisu nessa terra abençoada. Todas as pessoas que nos visitam se sentem bem e em paz.

Mulheres na Liderança da Reserva da Jaqueira

“Toda mulher parece com uma árvore. Nas camadas mais profundas de sua alma ela abriga raízes vitais que puxam a energia das profundezas para cima, para nutrir suas folhas, flores e frutos. Ninguém compreende de onde uma mulher retira tanta força, tanta esperança, tanta vida. Mesmo quando são cortadas, tolhidas, retalhadas, de suas raízes ainda nascem brotos que vão trazer tudo de volta à vida outra vez”. Clarissa Pinkola

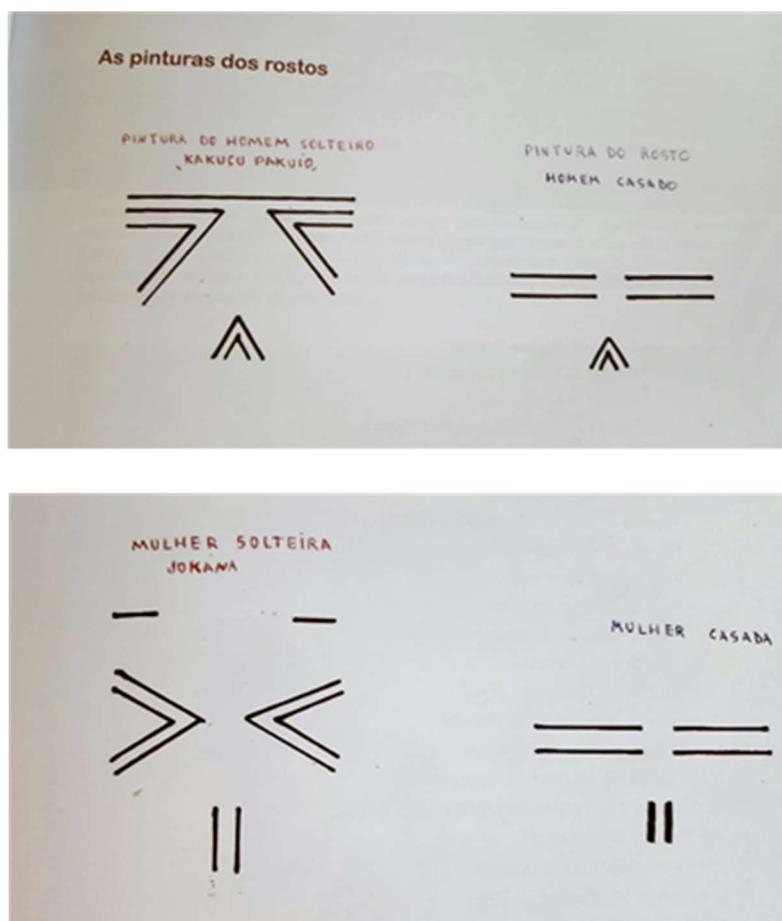
Somos constituídos como parte de uma sociedade indígena com características patriarcais, conseqüentemente a maioria das lideranças e caciques ainda são homens. Nós, mulheres, nos tempos atuais, estamos nos assumindo como lideranças indígenas e participando das decisões da comunidade. Nossa forma feminina de liderar distribui mais o poder de decisão. Buscamos soluções mais holísticas para os problemas. Praticamos mais a compaixão, por sermos geradoras de vidas, assim como a mãe natureza, na sua singeleza feminina. O homem por sua própria condição se torna centralizador, não aceitando ou valorizando a iniciativa de nós mulheres, como protagonistas das ideias e ações iniciais da Reserva da Jaqueira.

Considero que em função da viuvez de nossa mãe, quando ainda éramos crianças, a nossa família passou a se reorganizar em volta da sua figura, onde na figura da matriarca, nós mulheres passamos a manifestar nossa força feminina assumindo papéis de lideranças familiar e comunitária, até então exercida por homens. Sem desfazer da autoridade de nossos irmãos, passamos a ser mais atuantes dentro da comunidade indígena, manifestando nossas ideias femininas comunitárias. Estamos a cada passo, ampliando e consolidando a participação da mulher nas decisões e atividades da comunidade.

O dia a dia na Reserva Pataxó da Jaqueira

Pela manhã, reunimo-nos no pátio. Momento em que nos preparamos espiritualmente pedindo proteção a Niamisu e depois organizamos nossas atividades do dia. Primeiro compartilhamos a refeição matinal, depois limpamos o kijeme de palestras, o pátio, os banheiros, preparamos a cozinha para o feitiço do tradicional peixe na patioba que é muito apreciado pelos visitantes. Fazemos nossas pinturas com o carvão ou o extrato do jenipapo verde, feito por nós. Este fica uma média de dez dias na pele. Com *tawa* (argila branca, amarela e vermelha) tirada aqui mesmo na Reserva e com a ajuda de um palito fino, fazemos as definições de nossas pinturas corporais.

Mantemos a tradição de diferenciar a pintura para solteiros e para casados, conforme ilustrações abaixo. Além de buscar significados em nossos traços, seja pela cor, seja pelo formato; remetendo a elementos da natureza. Aqui posso citar o exemplo do significado das cores: o vermelho representa o fogo, o azul a água, o branco a lua, o amarelo o sol e o verde a diversidade da floresta.



É importante dizer que dividimos nossas tarefas entre homens e mulheres, conforme a habilidade e conhecimento de cada membro da comunidade. Temos, portanto, o compromisso coletivo de fiscalizar a mata três vezes por semana, a fim de garantir nossa segurança e evitar a caça

e retirada de madeira. Algumas mulheres ficam responsáveis pelo preparo da comida de todo o grupo, enquanto desenvolvemos as atividades referentes aos demais trabalhos visando a recepção dos turistas, que inclui pessoas responsáveis por fazer o revezamento no portal de entrada e uma para acompanhar os visitantes no trajeto até o kijeme de palestras; a caminhada na trilha com os visitantes e a palestra, que consiste em contar a história da Reserva e os costumes do nosso povo.

No início, apenas Katão, Nayara e Kapimbará estavam aptos para realizar a palestra, posteriormente, eu, Aderno, Janile, Aoi, Arariba, Juary, Jaguatiri, Burianã e outros, passamos a palestrar também. Enquanto os demais parentes conduzem o Awê (a nossa tradicional dança), outros cuidam do feitiço e venda de artesanato e demais afazeres necessários.

Durante a tarde, costumávamos nos reunir para estudar o Patxohã – língua de guerreiro pataxó –, criar músicas, contar histórias e caminhar na mata. Quando alguém voltava de alguma aldeia, por exemplo, vinha trazendo suas novidades. E ainda hoje é assim. À tarde não recebemos grupos de turistas, nos dedicamos ao nosso convívio comunitário. Nesses momentos é quando mais podemos ouvir as histórias dos nossos parentes. Aderno, meu cunhado, e minha mãe Takwara, junto com outros que vêm nos visitar de outras aldeias, nos proporcionam momentos de uma conversa agradável e descontraída.

Em noite de lua cheia, os adultos iam pegar lenha para acender a fogueira, enquanto Takwara, minha mãe, preparava o *kawi* (bebida feita de mandioca) e o peixe. Alimentávamo-nos durante o dia e durante a noite dançávamos o nosso Awê no kijeme central e depois nos reuníamos em volta da fogueira para pedir proteção a Niamisu e benção para todos, agradecendo e festejando. Passávamos a noite ouvindo as histórias dos mais velhos e comungando do tradicional peixe na folha de patioba com farinha de puba e o *kawi*. Ao amanhecer, descíamos a ladeira para nos banhar no rio. A harmonia do grupo dispersava e ainda dispersa toda a dificuldade e nos trazia uma paz que sentimos e transmitimos aos visitantes.

Com essas vivências praticadas cada vez mais fomos ressignificando nossas tradições, desenvolvendo e resgatando nossa identidade, pelo uso do *tupisay* (roupa em Patxohã), de colares, *wrataká*⁴, o maracá, o cinto de crochê e coco e o bustiê.

Devido às nossas experiências, algumas aldeias da região começaram a se interessar pelo tipo de trabalho que desenvolvíamos, como foi o exemplo da Aldeia Velha, que trouxe muitos de seus representantes até a Reserva – e vice-versa –, no intuito de ensinarmos desde a montagem dos adereços até a regularização da associação indígena.

Daí em diante, a cultura Pataxó teve grandes incentivos e avanços para todas as aldeias. Neste período, dois jovens da Reserva foram convidados para lecionar na Escola Indígena de Coroa

⁴ *Wrataká* significa cocar na língua Patxohã.

Vermelha, Aoi e Ajuru, já que faziam parte do grupo de pesquisa que criamos para aprofundar nossos conhecimentos da cultura e língua pataxó.

Em 1999, foi aprovado o primeiro projeto de pesquisa pela ANAI e Funai, que nos financiou a compra de equipamentos, tais como gravador, câmera e algumas viagens de intercâmbios com outras aldeias.

Ainda nessa época, o contingente de visitantes não era suficiente para suprir as necessidades das famílias, já que alguns parentes estudavam em outras escolas e/ou tinham família para auxiliar em Coroa Vermelha, o que fez com que esses precisassem se mudar. Isso nos causou certa dificuldade, tendo em vista que eles desenvolveram grande parte do trabalho tão importante para nosso povo. Cada semente plantada nos deixou experiências e conhecimento. Esses grandes guerreiros e anciãos sempre se dispuseram em colaborar na construção de um espaço de convivência, mas Takwara, minha mãe, minhas irmãs, irmãos, filhos, filhas e netos e netas e demais familiares, não desistimos. Mesmo com as dificuldades financeiras, permanecemos no local e até hoje Takwara continua sendo nossa anciã inspiradora, contadora de histórias; um livro vivo dentro da aldeia, com todas as disciplinas Pataxó. Diz que a natureza é nossa casa, onde aprendemos a educação e o respeito, através da terra e cada movimento nosso.

A força da transmissão de seus pensamentos foi nossa aliada nessa luta por nossos objetivos. E assim fomos e seguimos caminhando. Chegaram outros parentes e muitos jovens interessados na história de nosso povo e em vivenciar a experiência Pataxó da Reserva da Jaqueira.

Vale salientar que se hoje a aldeia da Reserva da Jaqueira se tornou um espaço real de convivência do povo Pataxó, deve-se ao apoio e participação de muitos líderes pataxó, em que a cada gestão os caciques e/ou lideranças apoiaram nossas iniciativas.

Segundo a nossa percepção de Terra Indígena, toda a nossa vida mudou do tempo que a terra não tinha divisão, nossas terras iam de um rio a outro rio, e eram ocupadas por povos como os Maxacali, Camacã e outros.

A Matriarca Takwara Pataxó



Takwara Pataxó, nossa mãe, anciã, 98 anos, filha de pais Pataxó. Nasceu e cresceu em aldeia, casou-se com indígena de mesma etnia, com quem teve dez filhos, sendo que quatro faleceram e atualmente somos seis: três homens, Karajá, Murici e Aponé e três mulheres, Nitynawã, Jandaya e Nayara, todos vivendo e atuando na Reserva Pataxó da Jaqueira.

Como era costume dos Pataxó, não vivíamos em uma aldeia somente, cambiando sempre para outras aldeias de nossos parentes. Ao longo de nossa história, convivíamos muito com algumas outras etnias também, principalmente os Maxakali. Isso era importante, já que nos garantia novas vivências e agregava conhecimentos sobre a terra e a vida, nos mantendo religados aos nossos parentes, na lembrança de nossos antepassados, além de nos garantir sobrevivência em circunstâncias diversas.

Takwara, índia guerreira, em sua vida passou por muitas dificuldades. Sofreu preconceitos, discriminação, perseguição; tendo sido, por muitos anos, escravizada por fazendeiros, além de ter

sofrido o massacre de 1951, que fez com que ela e alguns irmãos se perdessem na mata por duas semanas, alimentando-se só de frutos, até que reencontrassem seus pais.

Quando iniciamos o trabalho na Jaqueira, ela sempre nos ajudou como faz até hoje, no dia a dia da aldeia. Ensina-nos seus conhecimentos sobre a terra; as fases da lua e suas influências em nosso ser e nas plantas, o preparo de medicinais a partir de ervas, a pescar, mariscar, retirar palhas, sementes e fibras para o feitiço de artesanatos, período de parto das mulheres, além de benzer as pessoas que não estão se sentindo dispostas.

No cotidiano, mantém sua rotina de levantar-se cedo, preparar o café de todos na comunidade e também o almoço, se importando se todos se alimentaram. Pega a galinhota para buscar lenha, esquenta a água para o alimento e também para as crianças pequenas tomarem banho; enquanto isso varre também os arredores. Sua vida nos ensina sobre união, determinação, coragem e caráter.

Quando paro para observá-la sentada num banquinho de madeira, tecendo seu cesto de fibra de piaçava, conversando e contando histórias, lembro-me do quanto nos ajudou nesses dezoito anos em que vivemos na e pela Reserva da Jaqueira. Pelas dificuldades que passamos e também as alegrias e ela sempre presente, nos dizendo: “— A natureza é nosso lugar, devemos cuidar dos rios e das matas, que estão acabando, assim como nós, povos indígenas. Apesar das dificuldades, devemos nos unir. Mesmo que uns parentes vão embora, não devemos desanimar e sim nos unir, por isso que conseguimos resistir até hoje. Meus seis filhos estão comigo, moro aqui com meus parentes. Sou muito feliz vendo meus netos e bisnetos brincando nessa natureza”.

Em 1998 eram três famílias, hoje, 2015, somos tantos. As crianças estudam aqui, outras ainda não. “Mas vai chegar o dia em que eles não vão precisar sair daqui da aldeia para estudar fora”, ela também diz.

Meus Irmãos e Irmãs

Vou contar um pouco da história de Karajá. Ele, sendo uma liderança bastante conhecida para os Pataxó, assim como eu, veio de uma família tradicional. Nossos pais nasceram e cresceram dentro das aldeias Pataxó.

Karajá nasceu e cresceu e vive até hoje na aldeia. Como nossos pais estavam sempre mudando de aldeia em aldeia em busca de sustento da família, sempre mudando de um lugar para outro, ele aprendeu muito cedo, ainda criança, a participar das reuniões comunitárias, acompanhando nosso pai. Ainda adolescente, quando chegou na aldeia Boca da Mata, já casado com Roxa, viveu ele e nossa família na Boca da Mata até 1984. Nosso pai foi vítima da violência, assassinado quando saiu da aldeia para comprar alimentos, no povoado de São Geraldo, no município de Porto Seguro/BA. Então viemos para Coroa Vermelha. Com o tempo, pelo trabalho e participação como liderança, Karajá foi

escolhido para ser cacique. Assim nessa luta como cacique junto com as lideranças mais velhas, como Itambé, Benedito, Nengo e Chico Índio, contribuiu muito para o que resultou na demarcação da Terra Indígena Coroa Vermelha em 1997.

A luta dele também se estende a outras comunidades. Foi presidente do Conselho de Caciques, que abrange três povos indígenas da Bahia (Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá). Organizavam-se para apoiar todas as aldeias no Sul e Extremo Sul, na luta pela demarcação da terra e reconhecimento do povo Tupinambá. Por muitos anos e ainda hoje, mesmo não tendo muito estudo, tem uma sabedoria, experiência e memória que poucos conseguem ter. Viajava muito, principalmente para Brasília, em busca da demarcação da terra e melhorias dentro da aldeia.

Quando saiu a demarcação ele era cacique. Em seguida, foi eleito vereador em Santa Cruz Cabrália. Depois que venceu seu mandato, continuou participando como líder Pataxó, nas principais decisões das aldeias Pataxó. Com o passar do tempo, nós aqui da Reserva da Jaqueira sentimos a necessidade de transformar a Reserva em aldeia, para assim podermos trazer melhorias para nós que aqui passamos a morar. Ele foi escolhido por nós da Reserva da Jaqueira para ser nosso cacique. Para nós é como se ele fosse um advogado nosso. Quero registrar aqui que além de meu irmão de sangue, é nosso cacique que nos defende e bem como as outras comunidades, principalmente as áreas que ainda não foram demarcadas.

Sempre participa das reuniões, eventos, seminários em busca de melhorias para nossa comunidade. Nossas necessidades aqui são grandes. Éramos apenas três famílias, hoje somos trinta. Ele é uma pessoa muito humilde, para nós, tê-lo como cacique, é uma honra.

A terra não foi conquistada com a luta de uma só pessoa. É a união das lideranças que garante nossa terra. Homenagear o cacique Karajá é valorizar todos os nossos líderes. Não encontra dificuldade para ajudar os outros parentes. Sua história de vida é muito bonita, sofrida e com muita união com os parentes.

Aponé

Um guerreiro que veio para a Reserva da jaqueira, assim que começamos o trabalho, em 1997, ainda muito jovem. Aponé nos ajudou muito desde o princípio e aqui foi amadurecendo, casou-se, constituiu família. Suas filhas nasceram aqui na Reserva, hoje já estão todas adolescentes.

Suas filhas todas estudam ou estudaram na escola que temos na aldeia. Então eu o vejo como aquele índio da cultura Pataxó, muito voltado para sua família, que cuida de suas filhas, da casa, da esposa. “O que tiver pra comer, a gente come. Se não tiver, a gente come o que tem. Se nós temos peixe hoje, amanhã é outro dia, não precisa ficar guardando comida. Come o que tem hoje, amanhã a gente pode pescar”. Aquela pessoa simples, humilde, que busca e cuida do conhecimento tradicional.

Na sua calma, a gente pode perceber que a própria natureza nos ensina a respeitar, até pelos desafios que passamos aqui. No início não vinha muito turista, para gente sobreviver, não queríamos tirar nada da mata e isso fez com que muitas famílias buscassem outras aldeias que tivessem condições melhores. Parece-me que com todas as dificuldades, Aponé se firmou mais ainda aqui dentro. Ele, uma pessoa que não pensou em si, pensou sempre em sua comunidade, em seu povo e na floresta. Sua história deve ser registrada, porque poucas pessoas hoje querem viver dessa forma. Vamos assim dizer, tem o velho mundo e o novo mundo. Não é que ele está lá no velho mundo, ele está no novo mundo, mas pensando lá no velho mundo. Uma vida um pouco diferente, que muitos atropelam para conseguir alguma coisa.

Nayara

Nayara foi uma das primeiras professoras de cultura da aldeia de Coroa Vermelha e uma das fundadoras da Reserva da Jaqueira. Passou um tempo vivenciando o cotidiano de outra aldeia e tudo isso contribuiu para o trabalho que a gente desenvolve hoje. Uma grande guerreira, que sempre se importou com a cultura, servindo de ponte, por sempre buscar os mais velhos e passar tais conhecimentos para os jovens.

Quando iniciamos o trabalho, em 1998, Nayara tinha uma filha, depois teve outro menino, que hoje trabalha conosco. À época, não tínhamos transporte nem estrutura, estávamos construindo tudo aqui e ela grávida, andava às vezes 14 km de ida e 14 km de volta para resolver questões, pegava carona em caminhão. Ia pegar lenha, pegar palha, não reclamava de nada. Sempre fazendo questão de participar de todas as nossas atividades. Às vezes, nas noites em que íamos até a Jaqueira para fazer ritual; íamos ao rio buscar água para pilar barro para o feitiço dos kijemes; subíamos a ladeira com um monte de madeira nas costas para construir as estruturas dos kijemes.

Hoje, Nayara tem netos, sua família também é fruto da Reserva da Jaqueira. Sua filha casou-se aqui, inclusive. Então vejo Nayara como uma guerreira; sempre à frente das questões da cultura, das nossas comemorações, das músicas. Tem uma grande habilidade em fazer músicas, traduzir músicas para o patxohã, chamando os jovens para participarem das atividades culturais. É uma palestrante com vasto conhecimento sobre nosso povo, sobre a luta das mulheres na nossa história. Não gosta muito de ir à cidade, seu trabalho é mesmo dentro da aldeia. Contribuindo em todos os momentos.

Admiramos a sua família, pela dedicação, pelo trabalho e compromisso com a cultura ancestral dos Pataxó. É importante que sua história seja registrada, que os jovens pataxó e também outras pessoas tenham conhecimento de sua vivência.

Murici

Murici, nosso “engenheiro civil”, que aprendeu a construir os kijemes com os mais velhos. Não fez o curso de engenharia, mas sempre dá a sua contribuição na construção dos kijemes na Reserva da Jaqueira e também em outras aldeias que passou. Já fez até novos modelos de kijemes diferentes. Seu conhecimento é bem diversificado. Nunca foi interessado em ir para a escola, em aprender a ler, mas sua sabedoria tradicional das práticas da comunidade, sobre a mata, sobre a terra, o respeito das fases da lua para plantio, pesca, conhecimento que muitos de nós não temos. Hoje, leva turistas para caminhar na mata, passando seus conhecimentos. Tem seu jeito meio valente, hoje já está de idade, mas sempre nos ajuda bastante na comunidade, nas tomadas de decisões, no nosso cotidiano.

Jandaya

Uma das fundadoras da Reserva da Jaqueira, que, como Nayara, sempre participou das atividades culturais na aldeia de Coroa Vermelha, dos movimentos indígenas, de reuniões com lideranças, viagens, sempre estando com as lideranças masculinas, sem medir esforços para participar, para incentivar e buscar a cultura. Sempre atenta à espiritualidade, ao conhecimento da natureza e o resgate da ancestralidade, à fogueira, ao awê, à identidade do nosso povo.

Quando iniciamos os trabalhos na Reserva, Jandaya também veio com sua família para cá, permanecendo com todos os desafios. Sempre com muita determinação, contribuindo desde o princípio para o trabalho que desenvolvemos hoje. Seus filhos cresceram aqui dentro, estudaram aqui; hoje um deles já formado, inclusive passou no vestibular.

Seu esposo Aderno, pessoa também de grande importância para nós, de muito caráter, muito amigo, companheiro, honesto; como muitas vezes não encontramos em outro ser humano. Uma pessoa que admiramos e respeitamos. Se quiser caminhar na mata, pode contar com ele para passar seus conhecimentos. Não tem diploma, mas é um grande professor. A pessoa tendo interesse em aprender, ele está sempre disposto a ensinar o que sabe.

Sua família contribui muito, tem grande respeito pelas outras pessoas. E é de grande importância registrar a história dessas pessoas; pela sua luta não só pelo nosso povo, mas também para o movimento indígena.

Inclusive, hoje, Syratã, seu filho, é professor de patxohã na escola da Jaqueira. Sendo grande facilitador da cultura, participando de eventos, encontros e viagens a outras aldeias. O outro filho, Macayaba, também grande entusiasta da cultura, com muita habilidade em cantar, dançar, bater seu

maracá no nosso Awê e levar os visitantes e outros parentes pela trilha, passando seu conhecimento e nossa história.

São pessoas que são exemplos, que hoje não encontramos em todo lugar. Esses jovens, como poucos jovens hoje em dia com interesse em preservar sua cultura, reconhecendo a importância da natureza para nossas vidas.

Kãdawe Tawã, Kãdawê Puhêhaw - Celebrando o Barro, Celebrando a Vida

Aragwaksã é a Conquista dos Pataxó, na Reserva da Jaqueira. A dezoito anos, na data de 31 de julho a 1º de agosto, realizamos a primeira Celebração de Conquista desta Terra. Daí por diante, faça sol ou faça chuva, todos os anos nessa mesma data, em forma de ritual que reúne comunidades indígenas de diversas aldeias e povos, homenageamos com temas diferentes a cada ano, os indígenas, as instituições e as pessoas que fazem parte desta História de Conquista desta Terra.

Cada ano fazemos uma homenagem, assim como: Encontros de Caciques e Lideranças, Professores Indígenas, Agradecimento aos Elementos da Natureza, Homenagem aos que Contribuíram aos Trabalhos da Jaqueira, Homenagem a Matriarca Takwara Taquara e o ano 2016 Homenagem aos Pajés.

O aragwaksã é muito importante para nós, porque a cada ano lembramos e temos a oportunidade de encontrarmos e reencontrarmos com nossos parentes. Sempre temos experiências diferentes: Ritual da Fogueira Sagrada, Ritual do Casamento, Ritual do Batismo com Barro e agora a Miss Aragwaksã. Neste ano realizamos o casamento de dois casais da aldeia pataxó de Imbiriba, no município de Porto Seguro/BA.

O Ritual do Batismo com o Barro é uma forma de vivenciarmos os ensinamentos dos nossos ancestrais. Nossos anciões contam que nós viemos do barro e para ele vamos voltar. Batizamos as crianças, principalmente. Mas todos que quiserem receber o batismo podem participar. Pegamos o barro, misturamos com a água. Os guerreiros da aldeia pisam vigorosamente com os pés, amassando até dar liga, depois este barro é passado em nossos corpos. Nossos corpos ficam cobertos com o barro, vamos ao rio nos banhar completando o ritual de purificação na água do rio. Sentimo-nos mais fortes, porque vem a consciência de que viemos do barro e sem a água também não há vida. O contato da água com o barro em nossos corpos nos fortalece. No Aragwaksã realizamos o Ritual do Barro, renovando nossas forças. Nossos anciões falam que viemos do pingo da água. Que o primeiro índio era chamado Txopay (Deus da Água), criado por Niamisu (Deus do Universo) foi o pingo da água da chuva que formou o primeiro índio. Kanaty, nosso parente Pataxó foi quem nos contou essa linda história. Continuou a cair pingos de chuva e outros índios foram se formando.

Já tivemos a participação de índios de outras etnias, como os Maxacali, participando aqui com a gente e foi muito enriquecedor tanto para nós e também para eles. A Celebração do Barro traz à tona saberes que nos remetem a memória e constitui-se em um chamado para voltarmos aos ensinamentos de nossos anciões.

O barro é usado principalmente na construção dos kijemes e na pintura corporal. Hoje estamos sentindo o chamado para voltarmos a fazer os utensílios de barro e brinquedos. A minha mãe sabe fazer os utensílios de barro. Conhece as técnicas tradicionais.

Experiências com os Jogos Indígenas

É importante registrar aqui uma das nossas conquistas na Reserva da Jaqueira, sendo um dos frutos do nosso trabalho, que são os Jogos Indígenas, que tiveram início no ano 2000 e continua até hoje.

Um dia, ao final da tarde, durante um momento de descontração na Reserva da Jaqueira, aconteceu que um helicóptero sobrevoava e manteve-se parado sob a Reserva por algum tempo, balançando as árvores e fazendo com que as folhas caíssem. Os jovens, que eram muitos na época, pegaram seus tacapes, zarabatanas, arcos e flechas e começaram a gritar e fazer um zuadeiro. O susto tornou-se logo uma brincadeira e foi então que tivemos a ideia de realizar os primeiros Jogos Indígenas da Reserva da Jaqueira. À época, estudávamos na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e o evento se deu com essa inspiração.

Formamos duas equipes, Hayô e Jopeke. O momento é de grande celebração e afirmação da cultura indígena, no qual nos enfeitamos e damos grande valor a cada detalhe dos ornamentos, principalmente a pintura corporal.

Por conseguinte, a cultura Pataxó teve grandes avanços para todas as aldeias. Neste período, dois jovens da Reserva foram convidados para lecionar na Escola Indígena de Coroa Vermelha (Aoi e Ajuru), já que faziam parte do grupo de pesquisa que criamos para aprofundarmos nossos conhecimentos da cultura e língua Pataxó.

Antes desta primeira experiência, em 1999, fomos convidados para participar de um evento em Brasília, onde tinha várias etnias (Xavante, Xinguanos, Terena e outros). Para nós foi muito importante, porque conhecemos outros povos. Vendo as vestimentas, as danças, tudo diferente, devido a gente ter tanto tempo aqui na aldeia só vendo mais os nossos, então isso foi um momento marcante. Ficamos uma semana participando das atividades, onde houve várias modalidades de jogos.

Ficamos junto com os parentes de diversas regiões do Brasil. Foi um momento de grande sabedoria porque tivemos encontros com alguns pajés e líderes mais velhos de outras etnias.

Contamos as experiências uns para os outros. E quando retornamos para a Reserva da Jaqueira, algumas coisas nós trouxemos conosco. Ficamos animados e acabamos trazendo com a gente mais ideias. Cuidamos de nossos adereços, passamos a nos pintar mais, nos enfeitar mais ainda. Aquelas cores utilizadas pelos parentes (azul, vermelho, amarelo, verde, branco), nos chamaram a atenção e ficaram em nossa mente. Então começamos a nos organizar para realizar os 1º Jogos Indígenas na aldeia Coroa Vermelha.

Fizemos juntos com a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Estudávamos no Telecurso 2000. Alunos e professores indígenas organizamos e realizamos os Jogos. Criamos duas equipes: Jopeke e Hayô. Era diferente de hoje, muita emoção, mas sem rivalidade. Todos juntos, foi assim aquele momento especial para todos, destacando a felicidade dos anciões, vendo e participando do ritual do nosso povo na nossa aldeia. Ver a comunidade se mobilizando foi muito especial. Vendo hoje a dimensão que tomou os Jogos Indígenas Pataxó fico muito emocionada quando relembro sobre essa trajetória de tudo que passamos. Foi importante para nosso aprendizado e fortalecimento cultural.

A primeira edição dos Jogos Indígenas foi muito especial. Pisar no chão, não para machucar, destruir, mas para receber a energia da Mãe Terra. A semente germinou, nasceu e deu frutos em outras aldeias e povos que participam até hoje. O Jogo Indígena Pataxó faz parte da Agenda dos Jogos Indígenas Nacional, mostrando nossa tradição para o mundo. Percebemos o quanto as nossas caminhadas na mata, os doze quilômetros de todos os dias, saindo de Coroa Vermelha para cuidar da Reserva da Jaqueira, valeram a pena.

Ritual da Confecção de Adereços Indígenas

Este ritual vem passando de geração para geração. Quando os pais faziam os adereços, os filhos ficavam juntos, sem obrigação de fazer, era como se estivesse brincando e assim aprendiam. Ensinavam qual era a época certa para colher as sementes, as palhas, as fibras, a embira, a taboa, da colheita da matéria prima para a preparação dos adereços, tendo todo um cuidado também na confecção do colar (*massacá*), tanga (*tupisay*), cocar (*wrataká*), chocalho para as pernas, lança (*takape*), arco e flecha (*puhuy* e *akuã*), brincos, tudo isso tem um significado para nós, nos sentimos protegidos e protetores, mostrando quem somos. Se eu vou sair para um lugar, encontro com pessoas com suas pastas, terno, mostrando quem são. Para o indígena, principalmente lideranças, o cocar o identifica. Diz quem ele é.

A pintura, pela fala dos mais velhos, ao buscar a argila e preparar a pintura já dá início ao ritual e o ato de se pintar tem uma força espiritual muito expressiva. Quando vamos enfrentar situações de luta pela terra e outras reivindicações, nossa pintura expressa nossa vontade e força para defender as nossas propostas. A pintura também identifica o povo. Cada povo tem o seu jeito de se

apresentar, através da pintura e dos demais adereços. Toda a força que temos, vem da natureza, de onde tiramos os nossos adereços, o que nos mantém ligados ao que somos no seio da Mãe Natureza. Mesmo não estando usando nossos adereços, não vamos deixar de ser Pataxó, porque está no nosso sangue. Só que sem os adereços, ficamos mais frágeis, sem presença genuína.

Brigada Indígena na Reserva da Jaqueira

Foi fundada desde o princípio dos trabalhos na Reserva da Jaqueira, era uma brigada diferente, porque não tinha a formalidade do IBAMA, e atuava só na Reserva e seu entorno, formada só por indígenas. O primeiro curso de prevenção e combate a incêndio e fiscalização florestal foi pago por nós mesmos. Foi sempre preparado e organizado por nós mesmos, sempre buscando apoio de instituições não governamentais, governamentais e privadas, até que três anos atrás conseguimos uma parceria com o IBAMA. Fizemos um projeto de prevenção e combate a incêndio, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) aprovou, tivemos a capacitação e aquisição dos equipamentos para apagar os focos de incêndio. Conseguimos uma parceria com o IBAMA, que perdura até hoje, sendo a sede da Brigada PREVFOGO, brigada pataxó, situada aqui na Reserva da Jaqueira.

Ponto de Cultura, Atxohã (Grupo de Pesquisa da História e Língua Pataxó)

Quando nos inscrevemos no Programa dos Pontos de Cultura, era uma necessidade nossa do próprio trabalho que estávamos desenvolvendo de registro da língua, visitas às aldeias, sentíamos necessidade de registrar as experiências dos nossos anciões, porque até então praticávamos muito a oralidade. Quando um mais velho falecia, não ficava nada registrado. Com as pesquisas realizadas, passamos a ter um acervo. Tendo os equipamentos e apoio para continuar nossas visitas e pesquisas e assim ao sermos contemplados, damos continuidade às atividades que já estávamos fazendo. Com isso hoje temos bastante material disponível e alguns índios que aprenderam através do Ponto de Cultura a manusear equipamentos tecnológicos. Temos bastante material para elaboração de livros didáticos, inclusive uma coisa muito importante foi o apoio para o Atxohã, que produzimos apostilhas que foram compartilhadas com os professores indígenas de várias aldeias. Fizemos vários encontros culturais, foi um incentivo para continuarmos pesquisando sobre nossa história.

Hoje o Ponto de Cultura Pataxó, tem um escritório que fica em Coroa Vermelha e tudo o que fazemos hoje na aldeia da Reserva da Jaqueira, tem um pouco do que desenvolvemos através do Ponto de Cultura.

A Escola Indígena da Jaqueira

“E essa sempre foi nossa missão de estar passando para nossas crianças e jovens
o que vivemos e aprendemos através dos nossos mais velhos.”

Nitynawã

Podemos dizer que (re)encontramos nossa própria etnopedagogia no dia a dia; tocando nas folhas, observando as árvores, caminhando na mata com os mais velhos e com os jovens, (re)descobrimo a interação com a mata e tendo a oportunidade de compartilhar tais ensinamentos entre nós e com os visitantes, através de palestras, encontros, caminhadas, construção do kijeme (casa pataxó), qual a lua propícia para corte de madeira e palha, para não dar cupim, feitiço dos artesanatos, contação de histórias, quando nos juntamos para comer; além das diversas interações espontâneas que ocorrem aqui nos espaços natural de aprendizado, nos fortalecendo e motivando cada vez mais.

Assumimo-nos como pesquisadores e mediadores do etnoconhecimento na relação Escola/Comunidade. Mesmo antes da construção física da escola, já praticávamos a educação indígena nas atividades do dia a dia na Reserva da Jaqueira.

Os jovens começavam a se casar entre eles; os primeiros casamentos foram o de Temika e Nilzinha, Macuco e Nawã, depois Aponé e Vani e assim muitos outros.

As crianças começaram a nascer e nessa época transferimo-nos pouco a pouco para a Reserva da Jaqueira. Íamos e víamos todos os dias da aldeia Coroa Vermelha para a Reserva da Jaqueira. Com o tempo, passamos a dormir, depois morar na Reserva da Jaqueira. Então percebemos a necessidade de termos uma escola, pois as crianças saíam para estudar na aldeia Coroa Vermelha, andando 12 km.

Juari, na época, o então vice-presidente da Associação Pataxó de Ecoturismo, idealizava a possibilidade de termos, na Reserva da Jaqueira, uma escola diferenciada, onde pudéssemos ensinar a nossa língua e também toda história do nosso povo. Reunimo-nos e discutimos essa possibilidade, porque, até então, estudávamos nossa língua, o patxohã, embaixo das árvores, na cozinha, no kijeme de palestras (quando chegava visitante, parávamos).

Começamos nossas idas constantes a Porto Seguro, na Secretaria de Educação, em reuniões e conversas. Nesse período o Governo Federal, já tinha descentralizado a Educação Escolar Indígena para Estados e Municípios. Fomos até a Secretaria de Educação de Porto Seguro, no setor de Educação Indígena, coordenado por Soraia Perelo, fomos apoiados juntos à Secretaria de Educação. Foram muitas idas; às vezes saíamos de manhã e retornávamos no final da tarde.

Com o conhecimento adquirido nessas reuniões, Juary elaborou a planta da escola e um projeto de ensino para apresentar à Prefeitura. Por fim a escola foi construída pela Secretaria Municipal de Educação com apoio da Veracel (Empresa líder produtora no setor de celulose e papel em âmbito Internacional) e da Funai e foi inaugurada em 1º de agosto de 2008.

Enquanto lutávamos para a escola ser construída, as crianças estudavam debaixo de um pé de manga, o quadro era amarrado com uma corda; quando chovia, havia muito mosquito e as crianças não gostavam de estudar assim e então, tornavam a se reunir na cozinha. Quando conquistamos nosso direito a uma educação diferenciada, foi mais uma vitória. Tínhamos aula da nossa língua e Juari Braz Bomfim era quem dava as aulas.

Atendimento Médico

Antes não morávamos na Reserva da Jaqueira e tínhamos atendimento médico no Posto de Saúde Indígena da Coroa Vermelha. Havia muita dificuldade para o atendimento porque a população foi crescendo na aldeia de Coroa Vermelha e o atendimento do Posto não era suficiente. Decidimos procurar apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Seguro, junto a SESAI. Conseguimos uma equipe para atendimento uma vez por mês. Antes de tornar-se aldeia tudo com relação a área de saúde era com o município de Santa Cruz Cabrália. Hoje somos cadastrados em Porto Seguro e como o rio Tinga, baixou o nível da água devido a represa feita à montante nas fazendas de açaí, mamão, maracujá, com captação de água para irrigação, ficamos com dificuldades de usar somente a água do rio, dando diarreia devido a agrotóxicos e também fizeram um chiqueiro bem na nascente deste rio. Procuramos diversas autoridades e nada foi feito. Pedimos à SESAI para termos um poço artesiano, para abastecimento e fornecimento de água potável, sendo que há dois anos foi inaugurado. Usamos a água apenas para as nossas necessidades básicas, para evitar desperdício e conseguimos o contrato de um indígena⁵ para fazer manutenção do poço e da bomba. Tem um agente de saúde indígena que faz visitas às casas.

Em relação à rede elétrica, no início não queríamos, porque tira nossa atenção das atividades tradicionais, mas quando a escola foi construída, precisou de eletricidade para o funcionamento dos equipamentos, e distribuição da água, por causa da bomba. A energia chegou em 2006 na área e depois foi para a Escola. Hoje estamos inseridos no projeto de Luz para Todos, através do qual deverá ser implantada a energia via subterrânea, estamos aguardando.

⁵ O indígena foi contratado pela prefeitura de Porto Seguro na função de AISAN: agente indígena de saneamento.

Plano de Gestão da Reserva Pataxó da Jaqueira “Aragwá”



A Reserva da Jaqueira há dezoito anos desenvolve atividade de ecoturismo e hoje etnoturismo sustentável em uma área de 827 hectares onde recebe visitação de turistas de vários cantos do mundo. O plano de gestão surgiu a partir da necessidade de fortalecer as atividades já existentes e dar um melhor atendimento aos turistas que visitam a Reserva.

A capacitação foi oferecida aos jovens que serão os futuros monitores. As capacitações foram divididas por módulos no total de 40 horas que foram aplicados pelos monitores indígenas da própria Reserva. O Instituto Pataxó de Etnoturismo reuniu-se com toda a comunidade da Reserva para explicar sobre o curso e depois os participantes foram divididos em grupos onde cada monitor trabalhou os temas específicos com eixos temáticos.

No dia 16 de junho de 2015, foi realizada a primeira reunião com as lideranças e membros da comunidade, que teve a participação dos representantes da Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro, para tratar da criação do Plano de Gestão da Reserva Pataxó da Jaqueira que a comunidade batizou de Aragwá, que significa lugar sagrado.

O Plano de Gestão que será gerenciado pelo Instituto Pataxó de Etnoturismo, tem como objetivo fortalecer os trabalhos desenvolvidos pela comunidade e buscar parcerias para futuros projetos que possam dar continuidade às atividades desenvolvida pelos indígenas há mais de 18 anos.

As reuniões do PGTA- Plano de Gestão Territorial e Ambiental foram planejadas para acontecerem de 15 em 15 dias, sendo que no dia 02 de julho de 2015, foi realizada a segunda reunião do Plano de Gestão da Reserva Pataxó da Jaqueira denominado pela comunidade de Aragwá, onde foi apresentado para os demais membros da comunidade o histórico do Instituto Pataxó de Etnoturismo e como iniciou a luta pela Reserva.

Ecoturismo e Etnoturismo na Compreensão do Etnodesenvolvimento na Reserva da Jaqueira

A gestão do ecoturismo, hoje sendo etnoturismo na Reserva da Jaqueira, desde o início se configurou como etnodesenvolvimento de ações comunitárias. Mesmo antes destes conceitos teóricos serem incorporados por nós. A prática antecede a teoria. Praticávamos o etnodesenvolvimento sem nos darmos conta de que as atividades sustentáveis praticadas por nós indígenas seriam definidas por indigenistas como etnodesenvolvimento.

Nossa forma de planejar, organizar, não seguia a mesma lógica convencional de turismo e nem tínhamos como investir pensando no empreendedorismo, onde se tem uma reserva de mercado ou capital de investimento ou financiamentos. Pensávamos primeiramente em vivenciar nossa cultura na mata, dando significado ao nosso legado ancestral. Porém, todas as atividades voltadas ao ecoturismo sempre foram desenvolvidas com responsabilidade e qualidade e muito contentamento.

Com o passar do tempo sentimos a necessidade de nos organizarmos em associação. Aos poucos fomos buscando informações e apoio, formando um grupo que demos o nome de Associação Pataxó de Ecoturismo da Reserva da Jaqueira, visando estabelecer normas para a conservação ambiental, a vivência cultural e socioeconômica.

Em uma das várias reuniões realizadas com instituições de apoio, recebemos da Funai, através do engenheiro que acompanhava as obras da aldeia Coroa Vermelha, um exemplar do *Manual Indígena de Ecoturismo* (orientações do Ministério do Meio Ambiente) publicado em 1997, para auxiliar o componente indígena no trato com o ecoturista. Com este manual em mãos, usando de nossa criatividade e experiências e outras fontes de pesquisas, criamos o nosso próprio manual das atividades culturais e de ecoturismo na Reserva da Jaqueira, lançado no dia 23 de outubro de 2003 e aprimorado ininterruptamente.

Nesse contexto emerge o ecoturismo na Jaqueira, como uma alternativa econômica viável, mas também como um instrumento de conservação ambiental e de valorização cultural, em meio a uma forte tendência de descaracterização da cultura indígena e desmatamentos constantes, em função de atender interesses locais e regionais por um modelo comercial e empresarial que desvaloriza os conhecimentos tradicionais e destrói os recursos naturais, criando aí um paradoxo: se o que atrai o turista são nossas belezas naturais e os conhecimentos tradicionais, não faz sentido destruí-los.

Aderimos completamente à ideia do ecoturismo, que foi, então, tomando vida em nosso solo. Hoje ecoturismo tomou a dimensão de etnoturismo e a Associação Pataxó de Ecoturismo se transformou em Instituto Pataxó de Etnoturismo, nos dando a oportunidade de mostrar ao mundo, que, apesar dos enfrentamentos ao longo da história do colonialismo no Brasil, como: massacres, conflitos, discriminação, humilhações, perda das terras, desmatamento das florestas que ainda

acontece, estamos vivendo dentro da mata, sem destruí-la, além de manter viva a cultura e a tradição do nosso povo, compartilhamos nossos etnoconhecimentos com os turistas.

Acompanhando as tendências e inovação conceitual específica, passamos a usar o conceito de etnoturismo, considerando que vivemos e praticamos o turismo em nossa Terra Indígena, expandindo nosso campo de conhecimento e atuação na área de etnoturismo.

O tema Etnoturismo em Terras Indígenas, na maioria das vezes, tem sido retratado por estudos mais recentes. Dentre os que pesquisei, destaco a dissertação de mestrado intitulada *Turismo em Terras Indígenas: atravessando o portal com respeito*, de Almir de Amorim Von Held (2013), que aborda a temática com muita propriedade e conhecimento do tema.

Held faz referência a nossa Reserva da Jaqueira, na Figura 8 – Fotografia do Banner da Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR) que está fixado no Gabinete da Presidência da Funai.

Abaixo, transcrevo fragmentos do texto de Held, por considerar que retrata a nossa prática de ecoturismo, como atividade de etnodesenvolvimento.

O GT Interministerial, composto pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MCIT); Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), instituído pela Portaria Interministerial nº. 01, de 20 de abril de 1994, emitiu um importante documento que conceitua ecoturismo como: um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (HELD, 1994, p.19).

Held continua sua explicação citando Moesch:

O Turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. Em razão de não ser uma atividade produtiva agrícola ou industrial, normalmente é classificada no setor terciário ou de serviços. É muito mais que uma indústria de serviços, pois o fenômeno turístico é a composição de uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio-ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2004, p. 17).

Assim escreveu Held: “os habitantes da Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira têm atividades turísticas em sua Terra e possuem experiência neste assunto, pois a região Sul da Bahia tem um grande fluxo de turistas. O início se deu em 1998, através do turismo pedagógico, quando na época um grupo de estudantes resolveu visitar a aldeia. Victor Ferri Mauro, em sua monografia *Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira* (2007), relata que no ano seguinte foi criada uma

associação para organizar essa atividade, pois perceberam o potencial do turismo como alternativa econômica em razão da reduzida superfície de seu território, bem como a escassez de recursos naturais. Perceberam que o pouco que tinha restado da mata nativa deveria ser valorizado de forma sustentável e decidiram pelo turismo eco cultural. Os turistas, no máximo cinquenta pessoas, caminham em uma trilha, em meio à natureza, com duração média de três horas, ouvindo explicações botânicas, visitando um viveiro de ervas para fins medicinais e outro de árvores nativas para o reflorestamento local, inclusive sendo convidados a plantarem mudas de árvores nativas. Também ouvem e perguntam sobre a história e cultura, tais como mitos, lendas do povo Pataxó, presenciam danças, bem como observam a confecção de artesanatos, participam de uma degustação de peixe cozido em uma folha de vegetal e ingerem uma bebida indígena (MAURO, 2007, p. 76-79).

Na conclusão de sua monografia, Mauro (2007, p. 92) menciona que os indígenas ganharam mais visibilidade, houve uma conservação da mata nativa, em razão de que se precisa dela como atrativo para os turistas, também aumentou o sentimento de pertencimento étnico.

Não há como negar também que a necessidade econômica foi e continua sendo um fator decisivo na motivação dos Pataxó em se engajarem na exploração do turismo. A renda auferida com atividades correlatas ao turismo, principalmente a venda do artesanato, em se tratando da comunidade de Coroa Vermelha, acabou por se tornar o principal meio de sustento de uma população que vive em condições consideravelmente precárias e que não dispõe de muitas alternativas econômicas.

A autogestão tornou-se agente fomentadora do fortalecimento cultural num contexto de uso sustentável dos recursos naturais. Sempre acreditamos muito nos efeitos socioculturais positivos que nossa comunidade teria com a prática do turismo na Reserva da Jaqueira, associado aos saberes tradicionais que compartilhamos entre os indígenas e também com os visitantes.

Digo também que em todo esse processo histórico da Reserva da Jaqueira não foram poucas as vezes que encontramos entraves para o andamento de um planejamento onde se pôde tentar negociar com governos uma forma compartilhada de gestão do turismo.

Com a alegação por parte do Governo Federal de que não existiam parâmetros legais para a prática do turismo em Terras Indígenas, fomos estimulados a praticar a autogestão, que do nosso ponto de vista foi difícil a nossa trajetória, porém aprendemos a vivenciar uma forma de autonomia através dos acertos e erros por nossa própria conta e risco.

Entrevistas com Turistas

Realizei algumas entrevistas com turistas que estavam visitando a Aldeia Reserva da Jaqueira.

1º entrevistado: O que você sentiu ao chegar aqui na Reserva da Jaqueira e o que vai levar como experiência?

Resposta: Meu nome é Moises. Sou estudante de linguagem. A primeira impressão é de choque cultural. A gente vem carregando várias coisas de uma cultura urbanizada. Aqui vemos outra vertente, outras paisagens, primeira vista sensação de liberdade. Quando cheguei aqui e vi as primeiras placas em Patxôhã, fiquei muito feliz de ver estas outras formas de linguagem. A autonomia das crianças indígenas de brincar, querer mostrar sem se sentir afetado a maneira como educa as crianças e como a comunidade recebe os turistas é impressionante. As placas em Patxôhã dão início a outro mundo. Fico feliz que apesar de tudo que aconteceu, como a chegada do branco, massacres, vocês conseguiram resistir. Não criaram aquele remorso de colonizado com colonizador e conseguem conviver em harmonia com quem vem de fora; são essas impressões que a gente leva daqui. Outro tipo de linguagem seja através das vestimentas, história oral passada de pessoa para pessoa, falada, vestimentas a linguagem a maneira como agem as crianças. São experiências boas que pode copiar que vai dar certo. Na cultura urbana, tem o instinto de sobrevivência. Acolher as pessoas que chegam, a maneira como a comunidade recebe as visitas, é o que a gente vai levar como visitante da Reserva.

2º entrevistada: Do seu ponto de vista feminino como você vê essa luta de mulheres e esse etnoturismo criado por nós mulheres indígenas?

Resposta de Ana: As mulheres têm papel fundamental nessa coisa de conseguir preservar. A gente tem uma coisa familiar que é essencial na hora que se está trabalhando de fora para dentro. Jogo de cintura, ter paciência com o outro que vem de fora. Cuidado muito grande. Uma coisa dessa para dar certo a sensibilidade da mulher é fundamental. Conhecendo a cultura Pataxó. Importante a prática do etnoturismo para preservação ambiental e preservação da cultura, dos costumes. Forma de subsistência, viver do artesanato, viver das próprias práticas culturais. A educação bastante forte com o Patxôhã como língua tradicional e memória dos mais velhos através das palestras. A gente vê que vocês têm bastante contato com esses conhecimentos dos mais velhos, a transmissão, troca de saberes, vem engrandecer também nossos conhecimentos. Exemplos que pode ser feito em outras comunidades.

Meios de Divulgação do Etnoturismo da Reserva da Jaqueira

Através dos projetos que conquistamos para a Reserva da Jaqueira, a comunidade era e ainda é convidada para participar de seminários fora da aldeia, como, por exemplo, em Porto Seguro, eventos em São Paulo no Salão do Turismo e fazer palestras para contar nossas experiências em etnoturismo da Reserva da Jaqueira. Fomos para Mato Grosso, na cidade de Cuiabá e Tangará da

Serra, contar para os parentes Pareci essas experiências. Em Salvador, Brasília e Rio de Janeiro, no Fórum Mundial do Turismo, para explicitar o turismo na Terra Indígena.

Esses intercâmbios, esses seminários são importantes porque é a nossa forma de divulgar nossa cultura. Mostrar que os Pataxó, mesmo diante de tudo que passou, e ainda passa, continua na luta, resistindo e se mantendo vivo.

Nós conseguimos também mostrar no Brasil, nossas tradições e também fora do Brasil. Em 2014, em setembro, fui para Macau, na China, para falar do etnoturismo na Reserva da Jaqueira e também do povo Pataxó em outro país. Foi uma experiência muito diferente. Na verdade, é como se eu tivesse tendo contato com uma cultura desconhecida. Eu não conhecia aquele mundo. Fomos convidados pelo cantor Edu Casa Nova.

Também no período da Copa do Mundo em 2014, os Pataxó ficaram muito em evidência. Foi divulgado no mundo todo. Com isso os convites para participar dos eventos aumentaram muito, dando visibilidade ao nosso trabalho de etnoturismo na Reserva da Jaqueira.

Sobre a Instrução Normativa 3/2015 da Funai

A Instrução Normativa da Funai n.º 3 de 11 de junho de 2015, publicada no DOU de 12 de junho de 2015 (n.º 110, Seção 1, pág. 41), estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Ela foi publicada pela Fundação Nacional do Índio e regulamenta atividades de entrada de não indígenas para visitação com fins turísticos nas Terras Indígena brasileiras.

Decidi constar na minha monografia esta Instrução Normativa, que se encontra anexa, por considerar de relevância que o povo ou comunidade indígena e também turistas e parceiros diretamente envolvidos com as atividades de ecoturismo e etnoturismo, conheçam e apliquem como forma de segurança e respaldos legais para evitar problemas ou resolvê-los e traçar planos de estruturação e organização.

Não significa dizer que estas normas estejam sendo cumprida à risca, até porque é recente esta regulamentação, mesmo que nossas reivindicações não sejam tão recentes. O meu intuito aqui é dar o primeiro passo para conhecermos e termos ciência dos subsídios legais para elaboração e desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo em terras indígenas.

Tem alguns itens que já não são tão pertinentes para o nosso caso da Reserva da Jaqueira, onde conseguimos implementar uma forma de autogestão que tem dado certo. Mas prefiro manter o texto da normativa na íntegra para conhecimento e parâmetro para as diversas situações de turismo.

Nosso caso, está muito bem retratado no dispositivo do Decreto n.º 5.051/04⁶, que prevê o reconhecimento da autonomia, onde se pode ler nas considerações do texto da Normativa.

Quanto às disposições Legais do Capítulo I, digo que as definições de objetivos e diretrizes estão pautadas nas falas de representantes indígenas e indigenistas e tem coerência com as nossas realidades. Quanto ao controle e fiscalização por parte da Funai, ainda não acontece de forma ampla, é pontual, mas ocorre esporadicamente em casos quando é acionada a Justiça. O que nos conduz para uma maior autonomia cotidiana, por nossa própria conta e risco.

O Plano de visitação normatizado, analisando especificamente o caso da Reserva da Jaqueira, nos orienta como proposta de regulamentação da autogestão indígena já vivenciada, conforme o Inciso § 3º – os Planos de Visitação deverão ser elaborados sempre sob a coordenação e reponsabilidade do proponente e contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano.

Creio então, que nossa experiência com gestão do turismo não é suficiente para a nossa autosustentabilidade, tendo em vista que o aprimoramento através de pesquisas, investimentos e constantes inovações tecnológicas deverão ser constantes no nosso plano de negócio que temos a ideia de apresentarmos e desenvolvermos em parceria com as instituições que poderão nos apoiar, sendo algumas prioritárias:

VIII – plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade;

IX – estratégia de atendimento de primeiros socorros;

XI – estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos;

XII – estratégia de gestão de resíduos sólidos;

XIII – estratégia de monitoramento da atividade de visitação;

XIV – estratégia de capacitação dos proponentes.

Com relação às competências, o grupo do qual faço parte, administrando o turismo na Reserva da Jaqueira, pensa que os parceiros públicos ou privados são bem-vindos, desde que nessa relação nossa autonomia seja respeitada.

Precisamos de parcerias, queremos e estamos dispostos a entender e também respeitá-los, cada um dentro do seu limite de atribuições, tanto nós quanto os outros. Nesse aspecto, a *Normativa* é muito precisa, porém não muito fácil de colocar em prática.

⁶ O decreto n.º 5.051/04 incorpora a Convenção 169 da OIT ao ordenamento jurídico nacional e prevê o reconhecimento da autonomia, do direito de consulta e de participação dos povos indígenas na definição das ações e planejamentos referentes às terras indígenas.

Conclusão

Como vimos nos capítulos desta monografia, nossa história da Reserva da Jaqueira desde a Conquista da Terra até nos afirmarmos como gestores de nosso patrimônio, passamos por diversas experiências e aprendizado que tem nos qualificado para a gestão do etnoturismo. Desde o início vivenciamos a Força Espiritual e material de sustentação que este Lugar Sagrado representa para nós Pataxó.

Um dos aspectos que destaco é a atuação das mulheres que pode ser observada em todas as atividades cotidianas da Reserva da Jaqueira. Sem distinção de gênero, as funções e atribuições são desempenhadas de acordo com as habilidades e aptidões e necessidades da comunidade e dos serviços específicos do atendimento ao turismo. Seguindo a sequência dos capítulos falo um pouco sobre meus familiares e as características individuais, pessoal e habilidades para o serviço comunitário.

Tendo em vista que o tema proposto tem como foco a autogestão do etnoturismo, concluo esta monografia apresentando proposições que consolida e ao mesmo tempo renova ações que podem garantir a preservação da Mata Atlântica e a convivência autosustentável com produção e consumo consciente através de nossas habilidades culturais, com base nas experiências, estudos e observação da *Instrução Normativa 3/2015*:

- 1- Nós criamos o Conselho Gestor e estamos na fase de reuniões para ativar sua função primordial que é despertar a consciência ambiental na área da Reserva da Jaqueira e seus entornos, como maneira de gerenciar o etnoturismo com equilíbrio entre cultura, meio ambiente e consumo e produção consciente. Nesse aspecto, minha contribuição está sendo através da participação na elaboração da proposta do Regimento Interno como instrumento de intervenção na realidade existente e desejada.

REFERÊNCIAS

HELD, Almir. Dissertação - TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: Atravessando o portal com respeito- Universidade de Brasília.2013

BRASÍLIA, GTC AMAZÔNIA. Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal. 1997.

Manual Indígena de Ecoturismo, Brasília, MMA,1997.

Manual das Atividades de Etnoturismo na Reserva Pataxó da Jaqueira – Associação Pataxó de Etnoturismo- Museu do Índio – FUNAI/2011.

PEREIRA, Waldir. Patrimônio Cultural e povos indígenas: experiências contemporâneas latino-americanas. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Edição 03/2007/ISSN 1980-6930/TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS/Idânia Rita dos Santos Martins1/Helen Rita Menezes Coutinho2

Tags: Funai, IN3, Instrução Normativa 3, terra indígena, Turismo, Visitaçã

Castro, Maria. Dissertação – A Reserva Pataxó da Jaqueira: o passado e o presente das tradições- Universidade de Brasília.2008.

Uma história de resistência pataxó/[organização]Professores Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista; CESE,2007.

DVD VIDEO Celebrando o Barro Celebrando a Vida

Cesar, América Lucia Silva. Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha/ América Lucia Silva Cesar -Salvador: EDUFBA.2011.

O PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 25, inciso IX, do Anexo I, do Decreto nº 7.778/2012.

Considerando o disposto nos artigos 231 e 232 da Constituição, a garantia do usufruto exclusivo e permanente pelos povos indígenas sobre suas terras e o comprometimento do Estado brasileiro em valorizar as culturas, as tradições, as formas de organização e os meios de vida sustentáveis dos povos indígenas;

Considerando o artigo 1º, inciso VII, da Lei nº 5.371/1967, que estabelece como finalidade da Funai exercer o poder de polícia nas terras indígenas e nas matérias atinentes à proteção do índio;

Considerando o disposto no Decreto nº 5.051/04, que incorpora a Convenção 169 da OIT ao ordenamento jurídico nacional e prevê o reconhecimento da autonomia, do direito de consulta e de participação dos povos indígenas na definição das ações e planejamentos referentes às terras indígenas;

Considerando o disposto no Decreto nº 7.747/12, que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, a qual prevê no Eixo V, “g”, apoio a iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;

Considerando que a Lei nº 12.593/12, ao instituir o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, estabeleceu como meta do objetivo 0945 a regulamentação do ecoturismo e etnoturismo em terras indígenas;

Considerando as iniciativas de turismo já existentes em terras indígenas, o interesse de algumas comunidades indígenas em desenvolver essas atividades, bem como os riscos e situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos indígenas em razão de visitação para fins turísticos em suas terras; resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo.

Art. 2º – São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas

materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

Art. 3º – Compreendem-se por terras indígenas, para fins desta Instrução Normativa, as terras de ocupação tradicional estabelecidas pelo art. 231 da Constituição, delimitadas pela Funai nos termos do art. 2º, § 7º, do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, as áreas objeto de portaria de restrição de uso, bem como as áreas reservadas, previstas no art. 26 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Art. 4º – São diretrizes gerais a serem observadas nos processos de autorização de atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas:

I – o respeito e o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições, bem como da autonomia e das formas de organização próprias dos povos indígenas;

II – a proposição de atividades em bases sociais, ambientais e economicamente sustentáveis;

III – a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos indígenas e a Funai para o controle de visitantes em terras indígenas, visando fortalecer as ações de desenvolvimento sustentável, bem como as ações de proteção territorial e ambiental das terras indígenas;

IV – a observância do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e do direito ao usufruto exclusivo sobre suas terras e riquezas naturais;

V – o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela Funai.

DO PLANO DE VISITAÇÃO

Art. 5º – As atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas serão propostas mediante Plano de Visitação, apresentado por indígenas, suas comunidades ou suas organizações, denominados para fins desta Instrução Normativa como proponentes, contendo:

I – objetivos e justificativas da proposta de visitação;

II – público alvo, frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas;

III – distribuição das competências na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero;

IV – parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições;

V – descrição das atividades propostas aos visitantes;

- VI – delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui;
- VII – condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições;
- VIII – plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade;
- IX – estratégia de atendimento de primeiros socorros;
- X – manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade;
- XI – estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos;
- XII – estratégia de gestão de resíduos sólidos;
- XIII – estratégia de monitoramento da atividade de visitação;
- XIV – estratégia de capacitação dos proponentes.

§ 1º – O Plano de Visitação não deverá incluir os procedimentos de regularização de equipamentos públicos, como pistas de pouso, vicinais ou outras, no âmbito da realização das atividades previstas.

§ 2º – Os proponentes poderão convidar parceiros públicos ou privados de seu interesse para elaboração e execução dos Planos de Visitação, respeitada a autonomia e os direitos dos povos indígenas, considerando, ainda, o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam e os recursos naturais nelas existentes.

§ 3º – Os Planos de Visitação deverão ser elaborados sempre sob a coordenação e reponsabilidade do proponente e contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º – Compete ao proponente:

- I – propor Plano de Visitação à Funai;
- II – emitir e efetuar o controle de entrega da autorização individual de ingresso (Anexo I), após aprovação do Plano de Visitação pela Funai;
- III – exigir assinatura do termo de responsabilidade individual dos visitantes (Anexo II) e do termo de responsabilidade dos parceiros (Anexo III);

IV – encaminhar cópia da autorização individual de ingresso emitida, do termo de responsabilidade individual do visitante e do termo de responsabilidade dos parceiros à Coordenação Regional da Funai competente, no prazo de 5 (cinco) dias;

V – esclarecer aos visitantes sobre as regras de conduta na terra indígena e fornecer o roteiro de atividades;

VI – monitorar as atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas e informar à Funai e autoridades competentes sobre a ocorrência de ilícitos, inclusive ambientais, ou quaisquer incidentes provocados pela presença de visitantes;

VII – adotar as medidas cabíveis e acionar os parceiros ou órgãos competentes, quando necessário, para mitigação de impactos ambientais e sociais advindos da atividade de visitação;

VIII – cuidar pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela Funai;

IX – zelar pela proteção dos recursos genéticos de uso tradicional e os conhecimentos a eles associados;

X – apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à Funai.

Art. 7º – Compete aos parceiros públicos ou privados da proponente:

I – promover treinamentos, capacitações e formações para os indígenas e visitantes, de forma a qualificar a participação de todos os envolvidos nas atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas;

II – respeitar e fazer respeitar as regras de conduta e formas de organização dos povos indígenas, conforme suas decisões, usos, costumes e tradições;

III – respeitar e fazer respeitar o usufruto exclusivo indígena sobre suas terras e as riquezas naturais ali existentes;

IV – garantir o protagonismo indígena na proposição, execução e percepção dos frutos dos Planos de Visitação;

V – informar aos visitantes sobre as condições diferenciadas das atividades a serem desenvolvidas, de modo a respeitar e promover os direitos dos povos indígenas;

VI – informar a ocorrência de ilícitos em terras indígenas à Funai e às autoridades competentes, sobretudo os decorrentes das atividades de visitação;

VII – alertar os visitantes para a legislação referente à proteção dos recursos genéticos de uso tradicional e os conhecimentos a eles associados;

VIII – responsabilizar-se pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela Funai;

IX – informar aos visitantes sobre o uso indevido de máquina fotográfica, celular ou qualquer outro meio de captura de som e imagem, sem prévia autorização dos indígenas;

X – apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à Funai.

Art. 8º – Compete às Coordenações Regionais da Funai:

I – orientar as comunidades indígenas sobre os procedimentos normativos de visitação em terras indígenas sob sua área de atuação;

II – receber os Planos de Visitação;

III – encaminhar o Plano de Visitação à Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGETNO, por meio de processo administrativo instruído com análise preliminar sobre o preenchimento dos requisitos mínimos da proposta e de mérito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento;

IV – devolver ao proponente o Plano de Visitação que não cumpra os requisitos mínimos exigidos, com as devidas justificativas e recomendações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, informando à CGETNO o ocorrido;

V – informar à proponente todas as etapas da análise do Plano de Visitação, bem como às comunidades indígenas interessadas e ao Comitê Regional da Funai;

VI – exigir dos visitantes, a qualquer tempo, a apresentação da autorização individual de ingresso para visitação em terras indígenas;

VII – acompanhar e fiscalizar as atividades de visitação em terras indígenas;

VIII – receber, analisar e encaminhar à CGETNO os relatórios anuais dos Planos de Visitação e as cópias das autorizações individuais de ingresso emitidas pelo proponente;

IX – receber, a qualquer tempo, considerações dos povos indígenas sobre as atividades de visitação em terras indígenas;

X – informar imediatamente à CGETNO e à Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial – CGMT condutas irregulares dos visitantes ou parceiros envolvidos, bem como aos órgãos policiais competentes, se for o caso;

XI – realizar consulta e registrar as decisões das comunidades indígenas envolvidas e afetadas pelo Plano de Visitação, comunicando à CGETNO o andamento do processo.

Art. 9º – Compete à CGETNO:

I – difundir informações que orientem e esclareçam aos povos indígenas e aos entes públicos e privados sobre as normas e diretrizes para realização de atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas;

II – apoiar, em parceria Inter setorial e interinstitucional, atividades de capacitação e qualificação das comunidades indígenas para proposição e monitoramento das atividades de visitação;

III – monitorar as atividades de visitação, em colaboração com as Coordenações Regionais e os povos ou comunidades indígenas envolvidos;

IV – analisar tecnicamente os Planos de Visitação encaminhados pelas Coordenações Regionais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento na CGETNO;

V – solicitar informações técnicas complementares das Coordenações Gerais da Funai no âmbito de suas competências;

VI – encaminhar, por meio das Coordenações Regionais, solicitações de ajustes e complementações dos Planos de Visitação pelas entidades proponentes;

VII – consolidar as manifestações das unidades da Funai e subsidiar a decisão da Presidência sobre os Planos de Visitação em todos os aspectos, mediante manifestação técnica;

VIII – encaminhar às Coordenações Regionais, para que deem ciência à proponente, as justificativas técnicas que fundamentam a manifestação da Funai sobre os Planos de Visitação;

IX – informar imediatamente à CGMT condutas irregulares dos visitantes ou parceiros envolvidos, bem como aos órgãos policiais competentes, se for o caso.

Art. 10 – Compete ao Presidente da Funai a aprovação dos Planos de Visitação.

DA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE VISITAÇÃO

Art. 11 – São requisitos mínimos para análise da proposta de Plano de Visitação:

I – atendimento às exigências do art. 5º desta Instrução Normativa;

II – apresentação de termo de anuência das comunidades indígenas que contemple as formas de sua organização e tomada de decisão para realização da atividade, bem como relatório do procedimento de diálogo;

III – assinatura de Termo de Responsabilidade para Parceiros, conforme Anexo III desta Instrução Normativa;

IV – apresentação de relatório de possíveis impactos, positivos e negativos, assim como medidas mitigatórias, contendo:

- a) breve descrição do modelo de gestão do negócio;
- b) descrição do modelo de repartição de benefícios adotado;
- c) capacidades desenvolvidas e benefícios comunitários esperados;
- d) impacto do cronograma das atividades no calendário de atividades comunitárias indígenas;
- e) apresentação de levantamento ambiental simplificado que contenha estimativa de uso dos recursos naturais, plano de conservação,
- f) de manutenção, de monitoramento de impactos e informação sobre possível sobreposição com unidade de conservação.

Art. 12 – Na hipótese de sobreposição de terras indígenas com unidades de conservação, o Plano de Visitação deverá ser analisado em parceria com o órgão ambiental competente, levando-se em consideração os instrumentos conjuntos de gestão compartilhada e o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, quando houver.

Art. 13 – No caso de Planos de Visitação em terras indígenas com presença de povos isolados ou de recente contato, a CGETNO solicitará, obrigatoriamente, informação técnica da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC, instruída com manifestação preliminar da Frente de Proteção Etnoambiental competente.

§ 1º – Não serão aprovados Planos de Visitação em áreas com portaria de restrição de uso em razão da presença de índios isolados.

§ 2º – A manifestação da CGIIRC será vinculante em relação à CGETNO, orientando a decisão da Presidência da Funai.

Art. 14 – A proposta de Plano de Visitação, caso preencha todos os requisitos de admissibilidade, será encaminhada pela CGETNO à Presidência da Funai, com análise de mérito conclusiva, para decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 15 – A aprovação de Plano de Visitação não dispensa os procedimentos de licenciamento ambiental para implantação e funcionamento de obras de infraestrutura ou outras autorizações de uso

de recursos naturais com diversos fins, no âmbito da realização das atividades previstas, quando aplicáveis.

Art. 16 – A validade da autorização concedida a Plano de Visitação será de até 03 (três) anos, prorrogável por igual período.

§ 1º – A Funai poderá realizar, juntamente com os órgãos de proteção ambiental, visitas de avaliação das atividades desenvolvidas durante a vigência do Plano de Visitação.

§ 2º – O proponente poderá solicitar alterações pontuais no Plano de Visitação aprovado, cabendo à CGETNO, após análise técnica, autorizar as modificações propostas ou determinar o reinício do processo de autorização.

§ 3º – Ao final da vigência do Plano de Visitação, deverá ser apresentado relatório final à Funai, com as informações consolidadas de todo o período autorizado.

Art. 17 – O procedimento para renovação da autorização do Plano de Visitação adotará os seguintes critérios:

I – caso sejam mantidas as condições originais, deverá ser encaminhado novo termo de anuência das comunidades, relatório de consulta constando expressamente tratar-se de renovação de Plano de Visitação previamente aprovado e o relatório final;

II – caso sejam modificadas as condições originais, deverá ser elaborado novo Plano de Visitação, o qual deverá seguir o mesmo trâmite e requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa para análise de propostas.

Art. 18 – As comunidades indígenas potencialmente afetadas com a realização das atividades de visitação para fins turísticos poderão, a qualquer tempo, apresentar manifestação acerca do Plano de Visitação que será apreciada pela Coordenação Regional e posteriormente pela CGETNO, para subsidiar a decisão da Presidência da Funai.

DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES

Art. 19 – É vedado aos visitantes de terras indígenas e aos parceiros, sejam entidades públicas ou privadas, quando da elaboração ou da execução dos Planos de Visitação:

I – permanecer ou transitar nas terras indígenas para atividades que não aquelas referentes à preparação, execução, monitoramento ou avaliação do Plano de Visitação;

II – remover qualquer material da terra indígena, salvo os resíduos sólidos introduzidos pelas atividades de visitação;

III – praticar caça, pesca ou extrativismo, incluindo a coleta de frutos, que viole o usufruto exclusivo dos povos indígenas, ou outras atividades proibidas por lei;

IV – divulgar imagens sem prévia autorização dos indígenas, ainda que para fins não comerciais, respeitando-se o disposto na legislação em vigor;

V – registrar e divulgar técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas sem a prévia autorização da comunidade, respeitando-se o disposto na legislação em vigor;

VI – permitir a entrada, portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas em terras indígenas, ressalvadas as de uso tradicional, feitas pelos índios, quando consumidas em contexto apropriado àquela realidade cultural;

VII – permitir a entrada ou portar armas de fogo na terra indígena;

VIII – exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio e jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no Plano de Visitação.

Art. 20 – Os visitantes e parceiros deverão portar os seguintes documentos quando do ingresso em terras indígenas:

I – documento de identidade oficial com foto;

II – autorização individual de ingresso.

§ 1º – Os visitantes e parceiros estrangeiros deverão portar também a documentação comprobatória de regularidade de permanência em território brasileiro, conforme legislação em vigor.

§ 2º – A Funai poderá exigir a apresentação de atestado médico que comprove não ser o ingressante em terra indígena portador de moléstia infecto-contagiosa e de carteira de vacinação, em decisão motivada.

Art. 21 – É vedado o ingresso em terra indígena de portador de moléstia infecto-contagiosa.

Art. 22 – Não será concedida autorização de ingresso para fins turísticos em terra indígena a quem tenha sido penalizado com revogação ou cassação de autorização de ingresso de qualquer modalidade nos últimos 5 (cinco) anos.

DAS HIPÓTESES DE SUSPENSÃO OU REVOGAÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 23 – A autorização de Plano de Visitação poderá ser suspensa cautelarmente ou revogada a qualquer tempo pela Funai, sem prejuízo da instauração posterior de devido processo legal para apurar irregularidades, nas seguintes hipóteses:

- I – violação de direitos dos povos indígenas;
- II – iminência de conflito fundiário ou social na terra indígena;
- III – prejuízo na prestação de serviços públicos;
- IV – situação que importe em risco à vida, à saúde ou à segurança dos visitantes, da comunidade indígena ou de seus parceiros;
- V – existência de procedimento administrativo ou judicial de expulsão de não índios da terra indígena;
- VI – confirmação da presença de índios isolados na área afetada pelo Plano de Visitação;
- VII – ocorrência de ilícitos ambientais relacionados à atividade de visitação;
- VIII – descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano de Visitação aprovado ou na presente Instrução Normativa.

Parágrafo único – A autorização de Plano de Visitação poderá ser revogada a qualquer tempo por solicitação do proponente ou mediante requerimento das comunidades indígenas que firmaram o termo de anuência constante do art. 11, II, desta Instrução Normativa.

Art. 24 – Na hipótese de prática, por parte dos parceiros ou visitantes, de quaisquer das condutas vedadas pelo artigo 19 desta Instrução Normativa, será revogada a autorização individual de ingresso em terra indígena.

Das Disposições Finais

Art. 25 – Das decisões a que se referem os artigos 14 e 23 desta Instrução Normativa, caberá recurso sem efeito suspensivo à Presidência da Funai, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência inequívoca do ato.

Parágrafo único – Caso não seja reconsiderada a decisão, o recurso será encaminhado, no prazo de 10 (dez) dias, à Diretoria Colegiada da Funai para julgamento na próxima reunião ordinária.

Art. 26 – As informações referentes ao controle de ingresso em terra indígena deverão ser armazenadas pela Funai em sistema de consulta.

Art. 27 – A autorização de ingresso para visitação não substitui autorizações específicas para desenvolvimento de atividades de pesquisa, religiosas, de comércio, jornalismo ou qualquer outra que sejam reguladas por meio de normativas próprias da Funai.

Art. 28 – Em terras indígenas com presença de índios isolados ou de recente contato, medidas adicionais de proteção poderão ser tomadas, mediante recomendações da CGIIRC e das Frentes de Proteção Etnoambiental.

Art. 29 – Os Planos de Visitação que tenham por objeto as atividades de pesca esportiva requererão estudos complementares, a partir de Termo de Referência específico emitido pela Funai.

Parágrafo único – A Funai poderá solicitar apoio técnico de outras instituições públicas ou privadas para analisar a viabilidade de atividades de pesca esportiva em terras indígenas.

Art. 30 – As atividades de visitação em terras indígenas não poderão obstar a execução de qualquer política pública.

Art. 31 – A Funai atuará na função de fiscalização e controle das atividades de visitação, não se responsabilizando pela prestação de quaisquer serviços referentes aos Planos de Visitação aprovados.

Art. 32 – As disposições constantes da presente Instrução Normativa não excluem a incidência das normas previstas na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e na legislação ambiental e trabalhista, quando aplicáveis, observadas as peculiaridades atinentes aos povos indígenas.

Art. 33 – As atividades de visitação que já estejam em execução na data de publicação desta Instrução Normativa terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem às regras estabelecidas, submetendo-se à Funai o Plano de Visitação, conforme art. 11 desta Instrução Normativa.

Art. 34 – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO

ANEXO I

MODELO DE AUTORIZAÇÃO INDIVIDUAL DE INGRESSO

(Proponente) _____, pertencente à comunidade indígena _____, da Terra Indígena _____, Município de _____, Estado de _____, na qual será desenvolvida a atividade de Visitação _____, informo que o (a) Sr(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, endereço _____, está autorizado a participar das atividades contidas no Plano de Visitação aprovado pela Funai, no período de _____ a _____.

(Local e data) (Assinatura)

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Eu, _____, RG _____, CPF _____, endereço _____, visitante da Terra Indígena _____, aldeia _____, destinada à posse permanente do povo _____, assumo o compromisso de:

1. Respeitar os usos, costumes, crenças e tradições indígenas e observar as demais disposições da Constituição de 1988 (arts. 231 e 232), da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) e da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho (incorporada ao sistema jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 5.051/2004).
2. Cumprir as normativas estabelecidas pela Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), pela Portaria nº 177/06/Funai (que dispõe sobre os direitos autorais e direito de imagem indígena) e pela Instrução Normativa da Funai que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação em terras indígenas.
3. Portar, durante todo o período de permanência em terra indígena, documento de identidade oficial com foto e a autorização individual de ingresso.
4. Não permanecer ou transitar na terra indígena sem acompanhamento de representantes do proponente ou percorrer trajetos diferentes daqueles pré-estabelecidos no Plano de Visitação.
5. Não remover qualquer material da terra indígena, salvo o lixo produzido por ocasião da visitação.
6. Não praticar caça, pesca e extrativismo, incluindo a coleta de frutos, que violem o usufruto exclusivo dos povos indígenas, ou outras atividades proibidas por lei.
7. Não divulgar registros de imagens ou sonoros sem prévia autorização dos indígenas, ainda que para fins não comerciais, respeitando-se o disposto na legislação vigente.
8. Não registrar ou divulgar rituais sagrados, técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas sem a prévia autorização da comunidade, respeitando-se o disposto na legislação vigente.

9. Não portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas, ressalvadas as de uso tradicional, feitas pelos índios, quando consumidas em contexto apropriado àquela realidade cultural.

10. Não portar armas de fogo.

11. Não exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio, jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no roteiro de visitação.

DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE:

1. Estou exposto a diversos riscos inerentes ao ingresso em um ambiente no qual existem elementos externos possivelmente danosos à integridade física, tais como insetos e animais selvagens, além da possibilidade de contrair doenas tropicais e complicaes gastrointestinais devido à ingestão de água não tratada e alimentos diferentes da dieta urbana.

2. A visitao poderá ser suspensa cautelarmente a qualquer tempo, sem prejuízo da instaurao posterior do devido processo legal, nas seguintes hipóteses:

I – violao de direitos indígenas;

II – iminência de conflito fundiário ou social na terra indígena;

III – prejuízo na prestao de servios públicos;

IV – situao que importe em risco   vida,   saúde e   segurana dos visitantes, da comunidade indígena e de seus parceiros;

V – procedimento administrativo ou judicial de extrusão de não índios da terra indígena;

VI – confirmao da presena de índios isolados na área afetada pelo Plano de Visitao;

VII – ocorrência de ilícitos ambientais relacionados à atividade turística;

VIII – descumprimento de qualquer uma das cláusulas previstas no Plano de Visitao.

3. A visitao poderá ser revogada a qualquer tempo mediante solicitao da comunidade indígena anuente ou do proponente.

4. A autorizao individual de entrada em terra indígena, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, será revogada na hipótese de prática de quaisquer condutas vedadas neste Termo de Responsabilidade e nas normativas da Funai.

5. Na hipótese de sobreposição de terra indígena com unidades de conservação, deverão ser observadas, adicionalmente, as regras próprias inerentes aos planos de manejo e de visitação respectivos.

6. Esta autorização de ingresso para finalidades turísticas em terras indígenas não substitui autorizações específicas para desenvolvimento de atividades de pesquisa, religiosas, de comércio, de jornalismo ou de qualquer outra que seja regulada por meio de normativas próprias.

7. A critério da Funai, poderá ser exigido atestado médico, que comprove não ser o ingressante portador de doenças infectocontagiosas, ou carteira de vacinação.

8. A Funai atua na função de fiscalização das atividades de visitação, não se responsabilizando pela prestação de quaisquer serviços referentes ao Plano de Visitação aprovado.

(Local e data) (Assinatura)

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA PARCEIROS

Eu, _____, CPF/CNPJ nº _____, declaro estar firmando parceria com a proponente _____, representante da aldeia _____, Terra Indígena _____, assumindo o COMPROMISSO de:

1. Respeitar os usos, costumes, crenças e tradições indígenas e observar as demais disposições da Constituição de 1988 (arts. 231 e 232), da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) e da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho (incorporada ao sistema jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 5.051/2004).

2. Observar e cumprir as normativas estabelecidas na Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), da Portaria nº 177/06/Funai (que dispõe sobre os direitos autorais e direito de imagem indígena) e da Instrução Normativa da Funai que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação em terras indígenas.

3. Exigir o porte de documento de identidade oficial com foto e da autorização individual de ingresso de todos meus funcionários ou servidores, durante todo o período de execução do Plano de Visitação.

4. Promover treinamentos, capacitações e formações para os indígenas e visitantes, de forma a qualificar a participação de todos os envolvidos nas atividades de visitação.
5. Respeitar e fazer respeitar as regras de conduta e formas de organização dos povos indígenas e o usufruto exclusivo sobre suas terras e as riquezas naturais ali existentes.
6. Garantir o protagonismo indígena na proposição, execução e percepção dos frutos do Plano de Visitação.
7. Informar aos visitantes sobre as condições diferenciadas das atividades a serem desenvolvidas, de modo a promover e respeitar os direitos dos povos indígenas.
8. Informar à Funai e autoridades competentes sobre a ocorrência de ilícitos na terra indígena.
9. Zelar pela proteção dos recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais a ele associados.
10. Cuidar pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela Funai.

DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE:

1. Não é permitida a permanência ou o trânsito nas terras indígenas para atividades que não aquelas referentes à preparação, execução, monitoramento ou avaliação do Plano de Visitação.
2. Não é permitida a remoção de qualquer material de terras indígenas, salvo o lixo produzido.
3. É vedado praticar caça, pesca ou extrativismo, incluindo coleta de frutos, em que violem o usufruto exclusivo dos povos indígenas, ou outras atividades proibidas por lei.
4. Não é permitida a divulgação de imagens sem prévia autorização dos indígenas, ainda que para fins não comerciais, respeitando-se o disposto na legislação em vigor.
5. Não é permitido o registro e divulgação de técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas sem a prévia autorização da comunidade, respeitando-se o disposto na legislação em vigor.
6. Não é permitida a entrada, o porte ou ingestão bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas em terras indígenas, ressalvadas as de uso tradicional, feitas pelos índios, quando consumidas em contexto apropriado àquela realidade cultural.
7. Não é permitido o porte de armas de fogo na terra indígena.
8. Não é permitido exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio, jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no Plano de Visitação.

9. A visitação poderá ser suspensa cautelarmente a qualquer tempo, sem prejuízo da instauração posterior do devido processo legal, nas seguintes hipóteses:
- I – violação de direitos indígenas;
 - II – iminência de conflito fundiário ou social na terra indígena;
 - III – prejuízo na prestação de serviços públicos;
 - IV – situação que importe em risco à vida, à saúde e à segurança dos visitantes e da comunidade indígena e seus parceiros;
 - V – procedimento administrativo ou judicial de expulsão de não índios de terra indígena;
 - VI – confirmação da presença de índios isolados na área afetada pelo Plano de Visitação;
 - VII – ocorrência de ilícitos ambientais relacionados à atividade turística;
 - VIII – descumprimento de qualquer uma das cláusulas previstas no Plano de Visitação.
10. A visitação poderá ser revogada a qualquer tempo mediante solicitação da comunidade indígena.
11. Caso seja comprovada a responsabilidade do proponente ou de seus parceiros no não cumprimento de qualquer das obrigações previstas no Plano de Visitação, ou na violação de direitos dos povos indígenas, na prática de ilícitos ambientais ou a ocorrência das hipóteses listadas neste Termo de Responsabilidade e nas demais normativas da Funai, será revogada a autorização concedida ao Plano de Visitação.
12. A critério da Funai, poderá ser exigido atestado médico, que comprove não ser o ingressante portador de doenças infectocontagiosas, ou carteira de vacinação.
13. Em terras indígenas com presença de índios isolados ou de recente contato, medidas adicionais de proteção poderão ser tomadas mediante recomendações da CGIIRC e das Frentes de Proteção Etnoambiental.
14. Na hipótese de sobreposição de terra indígena com unidades de conservação, deverão ser observadas, adicionalmente, as regras próprias inerentes aos planos de manejo e de visitação respectivos.
15. As atividades de visitação em terra indígena não poderão obstar a execução de qualquer política pública.

16. Os visitantes que pretendem desenvolver atividade de pesquisa, proselitismo religioso, comércio, jornalismo ou outra atividade que não esteja prevista no Plano de Visitação deverão requerer autorização de ingresso específica, regulada por meio de normativa própria da Funai.

17. A Funai atua na função de fiscalização das atividades de visitação, não se responsabilizando pela prestação de quaisquer serviços referentes ao Plano de Visitação aprovado.

18. As disposições constantes do presente Termo de Responsabilidade e das instruções normativas da Funai não excluem a incidência das normas previstas na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e na legislação ambiental e trabalhista, quando aplicáveis, observadas as peculiaridades atinentes aos povos indígenas.

(Local e data) (Assinatura)